

Comissão Central de Pós-
Graduação
CCPG



Ata
416^a Reunião
Ordinária

12/06/2024

Sala do CONSU

1 ATA DA QUADRIGENTÉSIMA DÉCIMA SEXTA (416ª) REUNIÃO DA COMISSÃO CENTRAL DE
2 PÓS-GRADUAÇÃO. Aos doze dias do mês de junho de dois mil e vinte e quatro, às nove horas, na
3 Sala de Reuniões do Conselho Universitário (CONSU), na Cidade Universitária “Zeferino Vaz”,
4 Distrito de Barão Geraldo, em Campinas, reuniu-se a Comissão Central de Pós-Graduação (CCPG),
5 sob a Presidência da Professora Doutora **RACHEL MENEGUELLO** e com o comparecimento dos
6 seguintes Membros: Claudio Chrysostomo Werneck (IB), Cristiane Machado (FE), Daniel Albiero
7 (FEAGRI), Enelton Fagnani (FT), José Guilherme Cecatti (FCM), Lígia de Moraes Antunes Correa
8 (FEF), Luiz Fernando Bittencourt (IC), Márcia Azevedo de Abreu (IEL), Marco Lucio Bittencourt
9 (FEM), Marko Synésio Alves Monteiro (IG), Mauro Cardoso Simões (FCA), Melissa Gurgel Adeodato
10 Vieira (FEQ), Nashieli Cecilia Rangel Loera (IFCH), Orlando Luis Goulart Peres (IFGW), Pedro
11 Maciel Guimarães (IA), Plamen Emilov Kochloukov (IMECC), Renata Cristina Gasparino (FENF),
12 Tiago Zenker Gireli (FECFAU) e Valentim Adelino Ricardo Barão (FOP). Estiveram presentes o Prof.
13 Alex Whilians Antonio Paludetto substituindo Prof. Paulo Sérgio Fracalanza (Coordenador CPG/IE),
14 a Profa. Cinthia Baú Betim Cazarin substituindo a Profa. Liliana de Oliveira Rocha (Coordenadora
15 CPG/FEA) e o Prof. Paulo César de Sousa Filho substituindo o Prof. Carlos Henrique Inácio Ramos
16 (Coordenador CPG/IQ). Justificou a ausência a Sra. Maiane Junqueira Teixeira Neto
17 (Representante Discente FEEC). Estiveram presentes Sr. Fernandy Ewerardy de Souza
18 (Coordenador DAC), Profa. Dra. Cláudia Vianna Maurer Morelli (Assessora PRPG), Sr. Elias Basile
19 Tambourgi (Assessor PRPG), Sra. Cristina Ferreira de Souza (AT da PRPG), Sra. Isabela
20 Geanfrancesco Giroto (Diretoria Acadêmica PRPG) e a Sra. Marcela de Souza Pellegrin (CCPG).
21 A Sra. Presidente cumprimentou os presentes. Dando início à reunião informou as demais
22 justificativas de ausência, substituições e deu boas-vindas aos novos membros e comentou que o
23 Prof. Amorim foi nomeado diretor de Educação à Distância na CAPES, o que a deixava muito feliz
24 pois era uma segurança ter o cuidado dele na diretoria de Educação à Distância e colocou em
25 discussão a Ata da 414ª Reunião Ordinária da Comissão Central de Pós-Graduação (CCPG)
26 realizada em 10/04/2024. Não havendo colocou para apreciação do plenário a Ata, que foi aprovada
27 com 5 abstenções e colocou em discussão a Ata da 415ª Reunião Ordinária da Comissão Central
28 de Pós-Graduação (CCPG) realizada em 08/05/2024. Não havendo colocou para apreciação do
29 plenário a Ata, que foi aprovada com 7 abstenções. Colocou em discussão à Ordem do Dia,
30 informou que a mesa destacava o Item 1, 2, 3, 4 e 5. Perguntou se havia mais algum destaque a
31 ser feito, o Prof. Plamen Emilov Kochloukov (IMECC) solicitou que o Item 13 fosse destacado,
32 colocou em votação os itens não destacados da pauta, que foram aprovados por unanimidade.
33 **ORDEM DO DIA: ITEM 6. SUBSTITUIÇÃO DO SR. PEDRO MICHELUTTI CHELIZ (IG) PELO SR.**
34 **MARIO MIGUEL FERNANDO ALI (IFCH) COMO REPRESENTANTE DISCENTE (TITULAR)**

1 **JUNTO À COMISSÃO CENTRAL DE PÓS-GRADUAÇÃO (CCPG) – MANDATO DE UM (1) ANO,**
2 **A PARTIR DE 01/01/2024 –** Para aprovação. **ITEM 7. SUBSTITUIÇÃO DO SR. PEDRO**
3 **MICHELUTTI CHELIZ (IG) PELO SR. MÁRIO MIGUEL FERNANDO ALI (IFCH) COMO**
4 **REPRESENTANTE DISCENTE (SUPLENTE) DA CCPG PARA COMPOR A COMISSÃO DO**
5 **NÚCLEO DE APOIO À IMPLEMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS DE AÇÕES**
6 **AFIRMATIVAS NA PÓS-GRADUAÇÃO EM 2024 –** Para Aprovação. **ITEM 8. SUBSTITUIÇÃO DO**
7 **SR. PEDRO MICHELUTTI CHELIZ (IG) PELO SR. MARCELO FELIPE DA SILVA ESTÁCIO DE**
8 **SANTANA (FEA) COMO REPRESENTANTE DISCENTE (TITULAR) E A INDICAÇÃO DA SRA.**
9 **ELAYNNE ROHEM PEÇANHA (IQ) COMO REPRESENTANTE DISCENTE (SUPLENTE) DA**
10 **CCPG PARA COMPOR A COMISSÃO DO PROGRAMA DE ESTÁGIO DOCENTE (PED) –** Para
11 **Aprovação. ITEM 9. SUBSTITUIÇÃO DO SR. PEDRO MICHELUTTI CHELIZ (IG) PELO SR.**
12 **MARCELO FELIPE DA SILVA ESTÁCIO DE SANTANA (FEA) COMO REPRESENTANTE**
13 **DISCENTE (TITULAR) E A INDICAÇÃO DO SR. MÁRIO MIGUEL FERNANDO ALI (IFCH) COMO**
14 **REPRESENTANTE DISCENTE (SUPLENTE) DA CCPG PARA COMPOR O CONSELHO**
15 **CONSULTIVO DO SISTEMA DE ARQUIVOS (CONSUL/SIARQ) –** Para Aprovação. **ITEM 10.**
16 **ALTERAÇÃO NO REGULAMENTO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DO INSTITUTO**
17 **DE ESTUDOS DA LINGUAGEM. PROC. Nº 01-P-08194/1989. Parecer favorável exarado pela**
18 **Profa. Dra. Cláudia Vianna Maurer Morelli (Assessora da PRPG). Fls. 115 a 128. ITEM 11.**
19 **ALTERAÇÃO NO REGULAMENTO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA**
20 **APLICADA DO INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM. PROC. Nº 21-P-19597/2003.**
21 **Parecer favorável exarado pela Profa. Dra. Cláudia Vianna Maurer Morelli (Assessora da PRPG).**
22 **Fls. 129 a 143. ITEM 12. PROGRAMA DAS ATIVIDADES E CATÁLOGO DOS CURSOS DE PÓS-**
23 **GRADUAÇÃO. a) PROC. Nº 26-P-14307/2024 (d). IE - Oferecimento da seguinte disciplina como**
24 **“disciplina especial, de caráter eventual”, no Catálogo de 2024: HO925 – 5ª Escola Internacional da**
25 **Unicamp sobre Desafios do Desenvolvimento. Turma A. Carga Horária Total: 30 horas (2 créditos).**
26 **Período: 1º semestre de 2024. Oferecimento: Prof. Robert Peter Guttmann (Hofstra University -**
27 **Estados Unidos) - Fls. 144 a 154. b) PROC. Nº 22-P-14874/2024 (d). IG – Oferecimento da seguinte**
28 **disciplina como “disciplina especial, de caráter eventual”, no Catálogo de 2024: GG071 –**
29 **“Comunicação Institucional, de Desastres e de Riscos”. Turma A. Carga Horária Total: 60 horas (4**
30 **créditos). Período: Férias de Inverno de 2024. Oferecimento: Dra. Graciela Paz Alvarez (Universidad**
31 **Baja Califórnia - México) - Fls. 155 a 163. DESTAQUES DE MESA: ITEM 1. INSTRUÇÃO**
32 **NORMATIVA CCPG Nº 02/2024 QUE DISPÕE SOBRE A ORIENTAÇÃO PARA OS PROCESSOS**
33 **SELETIVOS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNICAMP COM A SUGESTÃO DE IMPLEMENTAÇÃO**
34 **DE VAGAS ADICIONAIS EXCLUSIVAS VOLTADAS AOS CANDIDATOS SELECIONADOS PCD**

1 **(PESSOAS COM DEFICIÊNCIA)**. PRPG. Fls. 07. **ITEM 2. CRIAÇÃO DO DOUTORADO**
2 **PROFISSIONAL NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA**
3 **(PROFHISTÓRIA)**. PROC. Nº 09-P-9242/2022 (d). IFCH – Fls. 24 a 31. **ITEM 3. CRIAÇÃO DO**
4 **PROJETO DE MESTRADO INTERINSTITUCIONAL (MINTER) ENTRE O PROGRAMA DE PÓS-**
5 **GRADUAÇÃO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM MATEMÁTICA APLICADA E**
6 **COMPUTACIONAL E A UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO (UFMA)**. PROC. Nº 10-P-
7 45911/2023 (d). IMECC – Fls. 24 a 31. **ITEM 4. PROPOSTA DE CRIAÇÃO DO CURSO DE**
8 **ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DO ESPORTE EM CLUBES ESPORTIVOS (FCA)**. PROC. Nº
9 02-P-6096/2020. Parecer favorável exarado pela Profa. Dra. Cláudia Vianna Maurer Morelli
10 (Assessora da PRPG). Fls. 32 a 87. **ITEM 5. PROPOSTA DE PROJETO DE COOPERAÇÃO**
11 **ENTRE INSTITUIÇÕES PARA QUALIFICAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR**
12 **(PCI) DE DOUTORADO INSTITUCIONAL (DINTER) ENTRE A UNICAMP (FEAGRI) PROGRAMA**
13 **EM ENGENHARIA AGRÍCOLA E A UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE (UEM)**. PROC. Nº
14 26-P-16853/2024 (d). Parecer favorável exarado pelo Prof. Dr. Elias Basile Tambourgi (Assessor
15 da PRPG). Fls. 88 a 114. **ITEM 13. TRANCAMENTO DE MATRÍCULA EXCEPCIONAL (IMECC)**.
16 Parecer favorável exarado pela Profa. Dra. Cláudia Vianna Maurer Morelli (Assessora da PRPG).
17 Fls. 164 a 182. A **Sra. Presidente** cumprimentou a todos e deu início ao primeiro item destacado
18 da pauta, disse que foi criada uma proposta de Instrução Normativa que dispunha de uma
19 orientação para os processos seletivos. A discussão seria sobre o ingresso e a inclusão de alunos
20 PCD, um assunto que estaria em pleno movimento na universidade. Falou que no dia anterior, no
21 expediente do Conselho Universitário, que agora todos poderiam ter acesso através da página da
22 Secretaria Geral, foi apresentado pela Profa. Ana Fonseca, da Faculdade de Educação, um
23 relatório, após a análise das Unidades de Ensino e Pesquisa e dos colégios, voltado para o
24 vestibular e para os colégios técnicos, nele continha uma série de indicações como reserva de
25 vagas, o tipo de seleção e os tipos de ingresso que aconteciam em termos gerais, seja para os
26 colégios, seja para a graduação. Falou que naquele meio tempo, a PRPG vinha discutindo a
27 questão da inclusão dos estudantes PCD na pós-graduação, mas sem ter uma definição maior,
28 sobretudo por conta das implicações do que significaria aquela política de ação afirmativa. Explicou
29 que seriam implicações de que a instituição tivesse que ter determinadas condições ou saber do
30 problema existente, que aconteceria e que teria de ser resolvido. Disse que na reunião do CONSU,
31 o Prof. Ricardo, da Matemática, falou que fazer a inclusão mesmo tendo problemas seria melhor do
32 que não fazer. Reforçou que a inclusão teria que existir mesmo tendo problema, pois todos sabiam
33 que ela aconteceria, só não sabiam quando. Informou que hoje o número de alunos PCD na pós-
34 graduação era pequeno, mas havia a existencia em alguns programas e sabiam que tinham

1 problemas e que iria existir problemas ainda maiores na inclusão de quadros profissionais. Deu
2 como exemplos, a linguagem de libras e o acompanhamento profissional de determinadas
3 deficiências que poderiam surgir. Perguntou se todos lembravam que em dois mil e vinte e três foi
4 aprovada no Conselho Universitário a Deliberação CONSU-A-017/2023 que falava sobre as cotas
5 étnico-raciais e políticas afirmativas. Naquela Deliberação o texto abria para outros grupos
6 marginalizados, com questões variadas que os impediam de ter um acesso mais amplo ao ensino
7 superior e que no caso da pós-graduação não foi nominado especialmente os alunos PCD pois era
8 um assunto complexo para aquela Deliberação e precisaria de uma discussão maior. E ao mesmo
9 tempo não queriam deixar atrasar a questão das cotas e das ações afirmativas étnico-raciais,
10 portanto, fizeram daquela maneira. Mas naquele meio tempo, a PRPG esteve conversando com os
11 órgãos da Unicamp, notadamente o Centro de Pesquisa em Reabilitação (CEPRE), que
12 acompanhava os alunos PCD. Disse que as conversas seriam para entender onde a pós-graduação
13 poderia contribuir e colaborar para os problemas serem amenizados, como por exemplo a compra
14 de equipamentos no caso dos alunos com deficiência visual, que precisavam fazer leituras de
15 textos, ou a transformação de textos para o braille. Disse que a PRPG gostaria de usar o recurso
16 que recebia da Reitoria, o PLANES, que possuía uma rubrica de ação afirmativa, para contribuir
17 com aquelas questões. Falou que no meio daquelas conversas, os assessores da PRPG sugeriram,
18 começar a implantar aquilo, sem a necessidade de fazer uma outra Deliberação no Conselho
19 Universitário, uma vez que na Deliberação CONSU-A-017/2023, já incluía os outros grupos.
20 Portanto encontraram a solução de criar a Instrução Normativa para melhor entender o que seria
21 uma política de ação afirmativa para os alunos PCD. Disse que seria difícil calcular cota e que a
22 própria legislação informava que teria 5% de PCD, o que não era verdade, pois tinham mais.
23 Portanto não conseguiriam calcular com precisão o número de cotas, até porque tudo dependeria
24 da demanda que cada área iria ter no momento que houvesse aquela difusão e o acolhimento dos
25 daqueles alunos. Falou que seria um assunto de edital de seleção e discussão dos programas para
26 abrirem aquela oportunidade, portanto a Instrução Normativa sugeria vagas adicionais. Explicou
27 que à medida que as unidades fizessem a seleção e entre os alunos aprovados um candidato fosse
28 PCD, ele seria selecionado com uma vaga adicional. Se o programa abrisse dez vagas naquele
29 ano, e se houvesse uma seleção de candidatos PCD que estivessem aprovados, por conta das
30 provas e de todos os processos, que fossem onze ou doze, mas que não fossem daquelas dez
31 originalmente definidas. Falou que como aquela demanda ainda não era conhecida pela pós-
32 graduação, foi criada a Instrução Normativa pois em algum momento teriam que lidar com aquele
33 assunto. Disse que não achava que seria um processo rápido na universidade e principalmente na
34 pós-graduação e não poderiam fazer uma Deliberação CONSU e sim uma Instrução Normativa pois

1 algum dia ela poderia ser alterada. Falou que era uma sugestão e colocou em discussão. O
2 conselheiro **Prof. Claudio Chrysostomo Werneck (IB)** cumprimentou a todos e disse que achava
3 fantástico poderem decidir e criar aquela situação, mas entendia que muitas vezes quando davam
4 um passo no sentido de estabelecer e criar coisas, no meio do processo apareciam surpresas, os
5 problemas bem-vindos como chamavam. Falou que a estrutura do IB para receber um aluno PCD
6 era horrível, disse que não sabia como era nas outras unidades, mas no Instituto de Biologia o
7 prédio era antigo. O prédio da pós-graduação, em função da ampliação que teve, tinha um elevador
8 que dava acesso as pessoas com problemas de acessibilidade as salas de aulas, mas em relação
9 aos laboratórios do segundo andar, tinha somente um buraco, sem o elevador. Disse que para
10 seguir no segundo andar dos prédios do IB existia um elevador, mas para acessá-lo, teria que
11 passar por um labirinto de salas de aulas e ficar pedindo licença a todo momento. Falou que sabia
12 que os problemas existentes não era culpa da atual administração, e era ciente da necessidade e
13 importância de abrir aquelas vagas para alunos PCD. Disse que ficava feliz com aquilo, mas pensar
14 que poderia ter problemas e surpresas no meio do processo seria uma coisa, mas saber que teria
15 um problema imenso de cara o deixava preocupado. Contou que como coordenador de graduação,
16 teve uma aluna com problema visual e com a boa vontade do pró-reitor de graduação da época foi
17 solicitada a compra do material adequado as aulas, mas ele chegou depois que havia acabado o
18 semestre. Disse que o tema já foi discutido no IB e ele ficava sempre muito preocupado com o tipo
19 de expectativa que a universidade iria criar quando dizia que receberia alunos PCD e a decepção
20 que poderia gerar de mais uma vez o aluno sentir que não existiria o ambiente ideal para que ele
21 pudesse desempenhar as funções que seriam teoricamente, de estudante, seja de graduação ou
22 pós-graduação. Falou que sabia que a culpa não era da Sra. Presidente e nem do atual Reitor, mas
23 sempre batia naquela tecla, porque poderia passar um ar de crueldade. Finalizou dizendo que os
24 problemas já existentes, poderiam ser sanados de imediato e os que poderiam vir a aparecer
25 durante o processo seriam problemas que todos teriam que lidar, e agradeceu. A **Sra. Presidente**
26 agradeceu e fez a observação de que ela nunca achou que fosse sua culpa e nem culpa do atual
27 Reitor e nem da gestão passada e nem da anterior. Disse que a culpa era de uma sociedade
28 absolutamente conservadora, tradicional, que nos anos 60 construiu a universidade com prédios
29 que não reconheciam nem a existência de um PCD. Falou que na época, o país não tinha nem
30 legislação para aquele assunto. Disse que a culpa pessoal não seria deles, mas que não procurar
31 uma solução para o problema, na menor consciência que conseguissem, a culpa passaria a ser.
32 Pois se houvesse o reconhecimento de um problema existente, seria preciso resolvê-lo. Comentou
33 que quando o relatório foi apresentado no CONSU, o Prof. André Kaiser, um colega seu do IFCH
34 que tinha deficiência visual e era membro do CONSU disse que quando se formou, as dificuldades

1 eram enormes, mas ele não deixou de fazer pois teve uma oportunidade. Portanto aquela
2 oportunidade tinha que estar sempre aberta, e hoje as dificuldades seriam menores do que eram
3 quando ele se formou e que por ser jovem, não fazia tanto tempo. Falou que a ideia de ter que
4 esperar a instalação de um elevador, esperar a compra de um equipamento para a leitura em braille,
5 esperar a compra de uma muleta, uma cadeira de rodas, era péssimo, até onde poderia entender,
6 para quem iria sofrer com aquilo. Disse que o Prof. Claudio tinha razão com relação às debilidades
7 e que o prédio da Biologia deveria ter a idade do prédio do IFCH. Comentou que em sua unidade,
8 tinha uma professora na graduação com deficiência de mobilidade devido a paralisia infantil, e ela
9 precisava dar a volta em toda a quadra do edifício para conseguir utilizar um único banheiro na
10 parte térrea e que aquela situação perdurou por anos. Comentou que era um absurdo os prédios
11 “pinotinhos” que foram construídos depois, nos anos oitenta, noventa, terem repetido o mesmo erro.
12 Disse que ao invés de terem colocado o depósito de vassoura no térreo, deveriam ter pensado em
13 redimensionar aquele espaço para que tivesse um banheiro no lugar. Falou que era incrível que
14 nem o arquiteto ou engenheiros civis pensaram naquilo, mas que hoje deveriam pensar, embora
15 soubesse que a FECFAU também tinha problema. O conselheiro **Prof. Tiago Zenker Gireli**
16 **(FECFAU)** comentou que na Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura o elevador partia do
17 primeiro andar, e não chegava no térreo. A **Sra. Presidente** pediu para o Prof. Claudio imaginar um
18 estudante com debilidades, escutando aquilo e pensando, que teria que esperar aqueles problemas
19 serem resolvidos para poder se formar. Disse que seria uma judiação e um equívoco administrativo
20 da universidade. O conselheiro **Prof. Claudio Chrysostomo Werneck (IB)** disse que queria deixar
21 claro que ele era a favor da inclusão de alunos PCD e que quando falava de culpa, ficava parecendo
22 que ele estava querendo brigar por uma situação atual e jogando para cima das pessoas. Falou que
23 sabia que era um problema crônico e que nunca foi pensado anteriormente, e que a sua única
24 preocupação seria acabar estourando na administração da unidade, que sempre tentava fazer o
25 correto. Finalizou dizendo que as críticas iriam ser grandes. A **Sra. Presidente** disse que no dia
26 anterior da reunião da CCPG, o professor Hernandes fez uma observação contundente, ele falou
27 que não poderíamos nos deixar levar pelos argumentos. Enfatizou que não eram os argumentos
28 que o Prof. Claudio colocou em discussão, mas os argumentos de muitas pessoas contrárias ao
29 ingresso dos alunos PCD, que acabavam colocando as questões daquela natureza como
30 argumento. Comentou que não estava denunciando ninguém, até porque todas aquelas falas
31 estariam gravadas no expediente do CONSU. Disse que ainda tinham aqueles princípios e
32 preconceitos, e as pessoas contrárias, acabavam usando um argumento tão objetivo, tão natural,
33 tão óbvio, que era o da infraestrutura. O conselheiro **Prof. Claudio Chrysostomo Werneck (IB)**
34 disse que a sua preocupação era que a partir do momento que fosse estabelecido e dado aquele

1 passo, as pessoas usarem a carência da universidade para falarem que foi errado e precipitado a
2 maneira que foi feita. Falou que era um passo necessário a ser dado, mas achava que teriam que
3 levar em consideração, pois muitas coisas estariam por vir. A **Sra. Presidente** disse que aquele
4 alerta era absolutamente correto e só quis desdobrar o assunto, pois a discussão sobre aquele tema
5 foi feita recentemente e estava fresca em sua memória, e por aquele motivo, estaria levando
6 aquelas manifestações para a reunião. A conselheira **Profa. Cristiane Machado (FE)**
7 cumprimentou a todos e comentou que falaria um pouco da experiência da Faculdade de Educação.
8 Disse que a FE oferecia vagas PCD desde dois mil e dezesseis em seu edital. Ofereciam dez vagas
9 PCD, dez vagas aos indígenas e duas vagas trans, comentou que as duas últimas vagas seriam
10 recentes e começaram a serem ofertadas a partir de dois mil e vinte. Falou que do restante, trinta e
11 cinco por cento seriam cotas de pretos, negros e pardos. Explicou que aquelas dez vagas quando
12 não preenchidas, voltavam para as vagas universais que seriam disputadas pelos outros
13 candidatos. Comentou que aquela situação nunca ocorria com as vagas de pretos, negros e pardos,
14 que ao contrário, sempre tinham mais candidatos na inscrição do que vaga. Comentou que fizeram
15 daquela maneira na FE e que tinham uma baixa procura, mas que aos poucos estaria aumentando.
16 Contou que nunca tiveram todas as dez vagas destinadas aos deficientes, disputadas, mas já
17 chegaram a ter dois, três, quatro, até cinco candidatos na disputa. E na pós-graduação tinham
18 alguns alunos aprovados. Disse ao Prof. Claudio que, as dificuldades mencionadas por ele, eram
19 as mesmas da Faculdade de Educação. Comentou que todos sabiam que o prédio da FE era um
20 “tobogã”, porque a sala de aula ficava na parte superior do prédio e todo o resto, como secretaria e
21 algumas poucas salas de aula na parte inferior, no prédio principal Paulo Freire, que até tinha um
22 elevador, mas estava quebrado a muito tempo. Disse que era uma dificuldade para as pessoas
23 acessarem, por exemplo o Salão Nobre que ficava no primeiro piso do Prédio Paulo Freire, quando
24 faziam atividade, porque precisavam carregar a pessoa cadeirante, pois o elevador nunca
25 funcionava e quando funcionava, ninguém tinha coragem de verificar se ele estaria de fato
26 funcionando. Já no prédio da sala de aula, tinha um elevador melhor que quase sempre funcionava,
27 mas o acesso à sala de aula, ao prédio, era muito difícil. Comentou que as unidades tinham todas
28 aquelas dificuldades que o Prof. Claudio mencionou, mas aos poucos estariam tentando enfrentá-
29 las. Disse que a FE estaria avançando naquele atendimento. Contou que fazer o processo seletivo
30 já era uma enorme dificuldade, por ser muito grande. Falou que nele tinha por volta de quinhentos
31 candidatos e que agora eles pretendiam pela primeira vez, abrir a possibilidade de participação de
32 quem estivesse concluindo a graduação para o mestrado e o mestrado para o doutorado, e a aposta
33 seria que tivessem mais candidatos ainda. Disse que o próprio processo seletivo já tinha problema
34 pois precisavam ter condições de atendimento. Mencionou que em um dos processos, tiveram que

1 encontrar uma sala reservada com computador e um professor, para atender um candidato autista
2 que não suportava barulho, portanto não poderia compartilhar sala com outras pessoas. Disse que
3 queria aproveitar a oportunidade para deixar um apelo para a Unicamp ampliar o atendimento de
4 libras na universidade. Contou que a Faculdade de Educação estava com dificuldade, pois tinham
5 duas estudantes cegas no programa de pós-graduação e quem pagava o atendimento em libras
6 seria a própria unidade com recurso PROEX. Falou que tinham ciência de que não poderiam fazer
7 aquilo, pois o recurso PROEX recorrente, configuraria um contrato. Mas, em todos os eventos que
8 a unidade fazia, a Central de Tradução e Interpretação de Língua Brasileira de Sinais (TILS), não
9 conseguia dar o devido atendimento aos alunos. Mencionou que aquele caso, seria exatamente o
10 que o Prof. Claudio comentou sobre criar expectativa ao candidato aprovado, que não vai conseguir
11 cursar, pois, a universidade não dispõe da tradução em libras. Portanto a própria unidade estaria
12 providenciando, mas estavam preocupados com aquela situação pois poderiam ter problema com
13 a CAPES futuramente. Concluiu dizendo mais uma vez que queria deixar registrado o seu apelo
14 pela ampliação daquele serviço que atualmente era precário na UNICAMP. A **Sra. Presidente**
15 agradeceu a fala da Profa. Cristiane e informou que estaria em andamento a contratação de mais
16 uma dupla de profissionais em libras, explicou que a contratação precisava ser em dupla pois o
17 profissional só poderia atuar durante vinte minutos, portanto precisaria ter um revezamento. Contou
18 que um da dupla existente precisou sair, portanto o outro profissional não poderia trabalhar sozinho
19 e com aquela situação precisariam, além de contratar a nova dupla, achar uma outra pessoa para
20 trabalhar em conjunto com o profissional existente. Falou que as contratações seriam ótimas, mas
21 não saberia precisar o tempo daquele trâmite. Perguntou a Profa. Cristiane quantos alunos PCD
22 tinha na Faculdade de Educação. A conselheira **Profa. Cristiane Machado (FE)** respondeu que no
23 momento a FE tinha duas alunas com deficiência visual e alguns alunos autistas, com outras
24 especificidades. Falou que a demanda que mais chamava a atenção da unidade no sentido de um
25 serviço, além daqueles já oferecidos, seria das duas alunas deficientes visuais, que a Faculdade de
26 Educação fornecia o braile para elas cursarem as aulas. Informou que fornecia libras também, pois
27 tinham alunos deficientes auditivos. O conselheiro **Prof. Daniel Albiero (FEAGRI)** cumprimentou a
28 todos e disse que concordava com o Prof. Claudio e a Profa. Cristiane. Disse que atualmente, a
29 FEAGRI não teria condição nenhuma de receber uma pessoa que tivesse restrição de mobilidade.
30 Comentou que tiveram um evento em sua unidade e ficaram preocupados pois poderia ter algum
31 participante cadeirante e a solução que encontraram caso acontecesse, foi escolher quatro alunos
32 fortes, para carregarem a pessoa para cima e para baixo, mas no final não precisaram dos alunos
33 pois nenhum cadeirante participou. Falou que a FEAGRI só tinha escada e precisavam fazer aquela
34 improvisação com quatro alunos e assim como o Prof. Claudio falou, a universidade não poderia

1 gerar uma expectativa negativa. Disse que precisariam ter recursos para readequar os prédios.
2 Falou que não sabia se tinha ouvido na reunião da CCPG a informação de que seriam muitos
3 milhões para adequar a Unicamp. Disse que era um direito dos PCD e era totalmente a favor da
4 inclusão. Comentou que um problema importante que a Profa. Cristiane levantou, foi em relação
5 aos profissionais de libras. Contou que tentou aprender, mas era muito difícil. Falou que a
6 contratação da dupla mencionada ainda seria pouco, pois se tivesse demanda de mais de uma
7 unidade ao mesmo tempo, não teria profissionais suficientes. A **Sra. Presidente** disse que não era
8 o caso dos docentes se aperfeiçoarem, pois havia profissionais para aquilo e que a língua de libras,
9 não se aprendia facilmente como um francês por exemplo. Se tratava de outra dimensão de língua,
10 pois era uma língua nacional. Falou que a língua portuguesa e a língua de libras eram as duas
11 línguas nacionais na Constituição, só que ninguém aprendia libras e poucos ensinavam e
12 contratavam. Disse que tudo era um paradoxo no Brasil e que estaríamos vivendo aquele paradoxo
13 há séculos. Portanto teriam que dar conta daquilo que conseguisse internamente e que aquela era
14 a discussão da reunião, o quanto conseguiriam dar conta e se fazia sentido ou não aquela sugestão.
15 Falou que era uma sugestão, pois se o problema não aparecesse para todos, nunca saberiam como
16 resolvê-lo. Comentou que quando teve a aprovação do Prof. André, deficiente visual, no concurso
17 para docente do IFCH, todos ficaram preocupados com a capacidade de darem conta dos
18 problemas que poderiam surgir. Só que naquele caso, ele já era um professor, portanto já tinha
19 dado aula em outro lugar, tinha um cão-guia e teve condições de constituir o entorno que lhe deu a
20 capacidade de se mover, de vida e de trabalho. Perguntou como que poderiam dar conta de tudo
21 aquilo e informou que já estariam em contato com o CEPRE, para ajudá-los com a compra de
22 equipamentos. Explicou que o aluno vai chegar à pós-graduação e a PRPG vai ter um equipamento
23 disponível a ele, igual ao da Biblioteca Central, que no momento, encontra-se quebrado. Falou que
24 além da compra de mais um equipamento, o da biblioteca seria consertado. Disse que não saberia
25 dimensionar a quantidade de alunos deficientes visuais que poderiam aparecer na pós-graduação
26 como candidatos aprovados, mas que se não abrissem aquela oportunidade, nunca saberiam. O
27 conselheiro **Prof. Daniel Albiero (FEAGRI)** falou que deveriam contratar uns dez profissionais de
28 libras e que os professores deveriam ter um treinamento para lidar com autistas. Contou que teve
29 uma experiência horrível quando foi professor no Ceará, pois a coordenação não o avisou que um
30 dos seus alunos era autista e como ele sempre foi um professor “brincalhão”, foi brincar com o aluno
31 autista, que começou a ter reações como bater a cabeça na parede, e ele como professor, ficou
32 desesperado, sem entender o que estava acontecendo. Depois foi entender que pela condição do
33 aluno, não poderia fazer aquele tipo de brincadeira. Por conta daquele relato, ele achava que os
34 professores da Unicamp, de graduação e pós-graduação deveriam ter um treinamento para saber

1 lidar com os PCD e autistas. Comentou que a própria equipe do CEPRE destacava que o principal
2 problema não era o deficiente visual ou motor, mas sim o autista, pois o espectro autista era amplo
3 e precisaria de diagnósticos médicos. E aí caberia a nova Diretoria, a DEAPE, antigo SAE, dar o
4 apoio e fazer todo o acompanhamento. Falou que a DEAPE já teria um encaminhamento para ter
5 mais profissionais para atender aquele tipo de situação, que vinha aumentando na universidade.
6 Contou que tinha um coletivo dos alunos autista na universidade e que seriam muitos, para além
7 do que todos estariam pensando, portanto, era um problema sério que também estaria sendo
8 provocado. Finalizou perguntando como ficaria a questão de bolsas em relação aos alunos PCD na
9 vaga suplementar. A **Sra. Presidente** respondeu que ficaria como para os candidatos pretos,
10 pardos e indígenas. Disse que não tinham bolsas daquela forma e o programa que iria definir.
11 Comentou que as bolsas emergenciais da pós-graduação poderiam incluir aquele tipo de critério na
12 hora de conceder aos programas. Relembrou que quando fizeram as cotas de ações afirmativas
13 étnico-raciais, alguém, em algum momento, perguntou como fariam com as bolsas para aqueles
14 candidatos mais carentes. Explicou que a pós-graduação não teria bolsas para contemplar todos
15 os alunos e que a cobertura de bolsas concedidas a Unicamp não passava de quarenta por cento.
16 Uma das soluções em alguns institutos, como era o caso do IFCH, ou pelo menos do seu programa,
17 seria priorizar as bolsas PED para aqueles alunos, caso não houvesse exatamente bolsas CAPES
18 ou CNPq. Finalizou dizendo que estavam diversificando o universo de alunos da Unicamp e que a
19 questão das bolsas seria a mesma para todos, e o programa que vai decidir a melhor maneira de
20 lidar com aquela situação. A conselheira **Profa. Cristiane Machado (FE)** contou que na Faculdade
21 de Educação havia um questionário que os estudantes respondiam e ganhavam uma pontuação
22 para atribuição de bolsas e caso o aluno fosse deficiente, preto, negro ou pardo, havia um acréscimo
23 naquela pontuação que o ajudava no cômputo geral, para que ele pudesse ficar um pouco mais
24 acima na hora da distribuição de bolsas. Finalizou dizendo que na FE lidava daquela maneira. A
25 conselheira **Profa. Márcia Azevedo de Abreu (IEL)** cumprimentou a todos e disse que concordava
26 com todos e principalmente com a proposta da Instrução Normativa, porque no IEL, estaria em
27 vigência para o próximo ano, do mesmo jeito que foi proposto em relação a vaga suplementar. Falou
28 que já tinham o PPI e agora teriam PCD e indígena como vaga suplementar. Comentou que o IEL
29 também tinha todos aqueles problemas relatados na reunião. E em relação a atribuição de bolsas,
30 comentou que em sua unidade fazia duas listas, e o primeiro colocado da vaga geral ganhava uma
31 bolsa e o primeiro colocado da outra lista ganhava outra bolsa e assim sucessivamente iam
32 distribuindo. Falou que cada lugar resolveria de alguma maneira. Disse que queria enfatizar a fala
33 do Prof. Daniel de que os professores precisariam ter algum tipo de apoio para aquela nova
34 situação. Comentou que achava que mais cedo ou mais tarde o problema com os prédios seria

1 resolvido e que nem todo mundo teria problema de locomoção. Falou que os problemas eram os
2 mais variados, e começou a perceber que a universidade estaria recebendo cada vez mais um
3 contingente de alunos com algum diagnóstico psiquiátrico. E que não sabia lidar com aquela
4 situação. Explicou que era difícil e acabava criando um problema para os professores,
5 estigmatizando mais uma vez. Comentou que ainda não teve um aluno como o do relato do Prof.
6 Daniel, mas que não iria demorar a ter. Achava que deveriam discutir aquela situação, não só no
7 nível da pós-graduação, mas da graduação também, pois pela sua experiência, os alunos aos quais
8 mencionou estariam mais na graduação. Falou que a universidade deveria chamar uma discussão
9 sobre o assunto, pois com o aumento de casos na sociedade e na universidade, colocaria novos
10 desafios para eles como professor. A **Profa. Cláudia Vianna Maurer Morelli (PRPG)** cumprimentou
11 a todos e disse que concordava que teriam que fazer uma discussão ampla, mas quando a PRPG
12 foi até a DEAPE para manter aquela conversa, foram informadas que pontualmente, pelo menos
13 naquele momento, eles conseguiriam atender além dos alunos, os docentes para orientar como
14 teria que ser a abordagem ao aluno dentro da sala de aula, do laboratório etc. Portanto existia
15 pontualmente um apoio. Falou que eles nunca estariam totalmente preparados, pois as deficiências,
16 que seja dentro de um mesmo espectro, poderia possuir diversas variações. Como por exemplo,
17 um aluno com deficiência visual, que poderia ser cego em vários tons. Finalizou dizendo que
18 precisavam começar e conforme a demanda vai chegando, teriam que ir atrás para resolver, como
19 já estava sendo feito hoje em dia. O conselheiro **Prof. Claudio Chrysostomo Werneck (IB)** falou
20 que queria completar a fala da Profa. Claudia contando que na sexta-feira daquela semana, no IB,
21 receberiam a Doutora Adriane Martins Soares Pelissoni da DEAPE, antigo SAE, justamente para
22 discutir aquelas adaptações curriculares para que todos conseguissem lidar com a nova situação,
23 que estaria cada vez mais crescente. Falou que existia um apoio para os docentes e que teriam
24 mesmo que buscar aquela ajuda. A **Sra. Presidente** lembrou a todos que em outra reunião da
25 CCPG, foi aprovada a Bolsa Mentoria PCD, no mesmo valor do auxílio financeiro PED, para alunos
26 que acompanhariam aquele eventual aluno PCD, por um tempo determinado de seis meses,
27 renováveis por um ano para que sua atividade seja preservada. O aluno que vai fazer o
28 acompanhamento, vai ser um mentor e vai ajudar o aluno com algum tipo de deficiência, no
29 conhecimento da instituição e na busca por recursos, pois o professor não conseguiria dar o devido
30 apoio. Comentou que nem a DEAPE e nem o CEPRE davam conta daquilo tudo, apesar de estarem
31 tentando. Finalizou dizendo que os alunos selecionados seriam orientados por profissionais para
32 conseguirem seguir na mentoria ao aluno PCD. O conselheiro **Prof. Enelton Fagnani (FT)** disse
33 que aprendeu que a política da Unicamp, era colocar o “bode” na sala para decidirem o que fazer
34 com ele. Falou que já entendeu que não poderiam esperar ter plenas condições para começarem a

1 resolver problemas, mas achava que teria limites para aquilo. Usou como exemplo o campus de
2 Campinas, que não teria calçadas nem para as pessoas sem algum tipo de deficiência, portanto a
3 mudança estaria muito longe. E se começassem a entender que para resolver o problema, bastaria
4 colocá-lo a frente para todos correrem atrás, achava que ficaria complicado. Falou que deveriam
5 fazer uma avaliação dos institutos, dos locais de estudo, levantar as demandas e o que precisaria
6 ser feito para adequá-los. Outra questão exposta, foi a de quando chegariam as compras, pois se
7 chegasse após o aluno se formar, não adiantaria mais. Falou que ficou muito contente em relação
8 ao que fizeram com o étnico-racial, que ele participou do GT e conseguiu aprender bastante, pois
9 fizeram um letramento racial. Achava que precisaria ter um letramento PCD, pois as vezes tinham
10 dificuldade, até em determinar o que seria PCD. Disse que as deficiências eram distintas e difícil
11 até de reconhecer quem teria ou não. Comentou que na FT havia um aluno obeso que tinha
12 dificuldade para assistir a aula por não ter uma cadeira adequada e a solução encontrada foi
13 disponibilizar a cadeira de um funcionário que também era obeso, e que uma vez por semana levava
14 até a sala de aula para o uso do discente. O aluno desistiu, pois, se sentiu humilhado, e a princípio
15 seria uma situação fácil de resolver com a compra de uma cadeira, mas não conseguiram, pois, a
16 direção entendeu que era um problema pontual. Disse que tinha medo de processos legais, pois o
17 PCD estava na legislação brasileira há muito tempo e achava que a Unicamp estava fora da lei há
18 mais de dez anos. Falou que se um aluno PCD, amparado pela lei, fosse aprovado na Unicamp e
19 não encontrasse condições, poderia processar quem estivesse pela frente, começando pelo
20 coordenador. E ele teria o direito a processar, pois teria a lei ao seu lado, portanto, precisariam dar
21 condições a ele. Comentou que uma coisa que poderia resolver para começar, mas achava péssimo
22 e que não teria como, seria discriminar deficiências. A pós-graduação abriria uma vaga com
23 condições de receber um cadeirante, mas não deficientes visuais. Mas disse que seria muito
24 complicado. Perguntou como iriam discutir aquilo com a direção da unidade, pois não seria um
25 assunto que a pós-graduação resolveria e sim uma coisa estrutural, que demandaria recursos,
26 compras e teria que passar pela direção. Mencionou que com a nova lei de compra, a sua unidade
27 virou de “ponta-cabeça”, pois não sabiam mais o que poderia ser comprado e quando comprar.
28 Disse que ainda estavam aprendendo. Falou que no final do ano a Unicamp praticamente parou os
29 setores para que pudessem aprender a usar a nova lei, e que seríamos os pioneiros, saindo na
30 frente da USP e UNESP, e mesmo assim ainda gerava muitas dúvidas. Disse que concordava e
31 era a favor da Instrução Normativa para PCD, mas achava que teria que ter uma mínima
32 preparação. Falou que todos iriam resolver o problema, assim como estava sendo feito com o
33 étnico-racial, que o maior problema seria identificar pardos, negros, mas com relação a deficiência,
34 mencionou que vai ter um universo de possibilidades e poderiam ser surpreendidos por não

1 saberem o que poderia aparecer. Finalizou dizendo que precisariam iniciar o processo devagar,
2 porque senão nunca começariam, mas que havia a preocupação mencionada. O conselheiro **Prof.**
3 **Orlando Luis Goulart Peres (IFGW)** comentou que no Instituto de Física, que ele tinha
4 conhecimento, havia cinco alunos PCD, e daqueles cinco, somente um que ele foi oficialmente
5 informado, os outros descobriu quando apareceram problemas. Disse que não era a melhor
6 situação descobrir somente quando apareciam os problemas, que estaria no PCD e espectro
7 autista. Portanto, teria a questão de como ele faria a comunicação, pois às vezes a própria pessoa
8 não quer dizer abertamente sobre sua condição. Outra questão era a de acesso, pois no prédio da
9 pós-graduação do IFGW, tinha um funcionário PCD, que se sentia constrangido de usar o acesso
10 para pessoa com deficiência. E ele não sabia como agir naquela situação, por ser de fórum íntimo.
11 Contou que precisou conversar com um dos alunos para resolver um problema bem sério, e teve
12 dificuldade em como tratar e se comunicar com aquele discente. A **Sra. Presidente** respondeu que
13 no caso do espectro autista seria uma preocupação grande, tanto da DEAPE quanto do CEPRE. E
14 que ambos eram muito afirmativos com relação ao diagnóstico médico que o autismo precisaria ter.
15 E a diferença das gradações ou dos níveis. Portanto a autodeclaração de autista, era importante,
16 mas eles achavam que não seria possível dar conta. Falou que não existia autodeclaração de
17 autismo na análise ou aos olhos dos profissionais formados na área médica ou na área de
18 psicologia, do CEPRE. Explicou que precisariam daquela orientação médica, para saberem como
19 proceder, seja para ele próprio, para o aluno que se declarou, o aluno que apresentou o atestado,
20 o professor, ou para o aluno da mentoria. Portanto, caso aparecesse alguma daquelas questões na
21 frente, seria o caso de procurar ou a DEAPE ou o CEPRE, pois não era um caso somente de
22 conversar diferente, de ter mais cuidado, pois os professores não estariam preparados e não seriam
23 competentes para aquela situação. Falou que nos outros casos, a identificação seria mais simples,
24 por ser muito objetiva, e aí se tratava de cair nos problemas levantados pelo Prof. Enelton. Disse
25 que seria importante levarem em conta a informação mencionada sobre a desistência do aluno da
26 FT. Mas não queria deixar de lembrar a fala de seu colega no CONSU, de que seria preciso dar a
27 oportunidade de alguém se formar e não esperar que toda uma estrutura daquele tamanho se
28 preparasse para recebê-lo, pois poderia demorar anos. Disse que sobre a fala do Prof. Enelton em
29 relação a nova lei de compras e licitações, mencionou que existiam recursos que talvez pudessem
30 ser utilizados com mais rapidez, que seria o caso dos extraorçamentários, os próprios recursos
31 CAPES, que não entravam naquela lei, mas poderiam ser utilizados em algumas demandas.
32 Finalizou dizendo que chamaria a Instrução Normativa de um risco de sucesso, mas que seria uma
33 atitude razoável em termos da política de inclusão que a pós-graduação ainda não tinha. A
34 conselheira **Profa. Cinthia Baú Betim Cazarin (FEA)** perguntou se precisariam deixar explícito no

1 edital as vagas PCD. Comentou que em relação ao espectro autista, as deficiências físicas eram
2 óbvias, mas as deficiências intelectuais não. Perguntou também se precisariam cobrar uma
3 comprovação, um atestado médico do aluno. A **Sra. Presidente** respondeu que achava que iriam
4 precisar de uma orientação da Procuradoria Geral para elaborar o edital. E o que estava sendo
5 colocada na reunião, era somente uma instrução, uma orientação. Explicou que na hora de fazer o
6 edital, eles vão precisar ter outro tipo de subsídio, para não errar, inclusive em como poderiam
7 orientar um candidato. No caso do candidato com autismo em qualquer espectro, ele teria que
8 informar e comprovar, e os profissionais do CEPRE achavam que deveríamos pedir o documento
9 de comprovação logo no início. Deixou claro que naquela reunião, não estariam falando que aquele
10 processo começaria ano que vem, mas sim querendo levar para a pós-graduação uma orientação,
11 para conseguirem dar o *start* na inclusão de alunos PCD. O conselheiro **Prof. Daniel Albiero**
12 **(FEAGRI)** disse que ficou assustado e preocupado depois da fala da Profa. Cinthia sobre ter que
13 colocar no edital. Disse que seu voto seria a favor e que iria abrir um GT na FEAGRI para dar início
14 a discussão, como fizeram com o PPI. A **Sra. Presidente** respondeu para irem com calma. Disse
15 que usou na Instrução Normativa, os mesmo termos que a Deliberação CONSU para as cotas.
16 Falou que o processo demoraria, mas aconteceria. Contou que já tinham quarenta por cento de
17 programas na pós-graduação, com cotas étnico-raciais, quando a Deliberação foi aprovada e que
18 um ano depois, vários programas foram assumindo, fazendo seus editais e aprovando. Enfatizou
19 que precisariam iniciar aquele processo. Portanto se no caso, a FEA decidir encampar aquela ideia,
20 na hora de fazer o edital de outra seleção, teriam que pedir orientação a Procuradoria Geral, pois
21 precisariam ter um cuidado na elaboração. O conselheiro **Prof. Tiago Zenker Gireli (FECFAU)**
22 disse que estava de acordo com tudo o que foi dito na reunião. Comentou que o projeto de
23 acessibilidade no prédio em que estavam, da Reitoria, previa mais de vinte prédios na Unicamp,
24 inclusive um deles era o de sua unidade, e pelo que viu o projeto foi executado somente naquele
25 prédio. Disse que precisariam resgatar aquele projeto feito, mas não executado, pois sabiam que
26 iriam colocar o “bode” na sala. Não sabia dizer se era por falta de recursos, pois os projetos sempre
27 começavam e nunca terminavam. Falou que precisariam criar dentro da Unicamp, um GT que
28 monitorasse aquele tipo de situação, de levantar os problemas e verificar o que já tinha sido
29 projetado, executado e o que viria na sequência. Falou que havia muita ação naquele sentido, mas
30 tudo estava parado, portanto seria interessante ir atrás e monitorar. Disse que quando era
31 coordenador de graduação e começaram a discussão de cotas, eles tiveram que fazer, mas achava
32 que não tinham que medir a inclusão na entrada, mas sim na saída. Verificar quantos alunos PCD
33 foram incluídos na universidade e saíram formados. Pois senão, iria entrar na questão de frustrar
34 as pessoas. Deu como exemplo o caso dos indígenas, que agora estariam rediscutindo a trilha, pois

1 era ínfimo o número de indígenas, que ele tinha conhecimento, que foram formados pela sua
2 unidade. Disse que eles ficavam mudando de curso e não conseguiam avançar. Contou que nunca
3 teve em sua área um aluno indígena, pois dava aula a partir do quinto semestre e nunca nenhum
4 daqueles alunos, chegaram aquele semestre do seu curso. Questionou até que ponto estaria sendo
5 efetivo investir recursos públicos. Falou que teriam que monitorar todo o investimento feito, para
6 verificarem se o número de alunos PCD que entraram na pós-graduação e se formaram no
7 mestrado ou doutorado nos últimos dois e cinco anos, seria inócuo ou não. Se não seria o caso de
8 estarem aprovando e frustrando os alunos por não conseguirem se formar. Disse que achava que
9 o caso do PCD não seria tão crítico quanto o caso dos indígenas, pelo menos em sua área, que
10 faltava uma base mínima para eles conseguirem acompanhar os cursos e eles mesmos não
11 conseguiam correr atrás. Comentou que o caso da pós-graduação seria mais fácil do que o da
12 graduação, pelo aluno ter um relacionamento mais próximo de um orientador, e não ser um no meio
13 de oitenta, como era o caso da graduação. Finalizou dizendo que o ponto mais importante para ele,
14 seria monitorar e dimensionar a efetividade das ações que estariam sendo aprovadas naquela
15 reunião. A **Sra. Presidente** agradeceu a fala do Prof. Tiago e respondeu que no âmbito da pós-
16 graduação, o Núcleo Interno da PRPG, de Política de Ação Afirmativa, tinha a ideia de no final do
17 ano, ou início de 2025, fazer uma avaliação da política de ingresso, da política de ação afirmativa,
18 para conseguirem respostas como, o que aconteceu, onde estariam aqueles alunos, o que
19 aconteceu naquele ano, o que aconteceu com os outros alunos que já tinham cotas. Fazer uma
20 avaliação, mesmo que seja geral, para medir o sucesso e o êxito daquele investimento da pós-
21 graduação em uma política institucional. Falou que iria levar em alguma reunião, o prefeito da
22 Unicamp para responder várias dúvidas, porque o que aconteceu com o projeto de acessibilidade
23 daqueles prédios, não seria falta de recurso, e sim uma questão de não conseguirem fazer a compra
24 dos materiais e contratar as empresas. Falou que não tinha dúvidas que aqueles seriam os dois
25 grandes pontos daquela situação ruim. Comentou que no expediente da reunião do CONSU,
26 falaram sobre a Fazenda Argentina e o planejamento fantástico que fizeram para aquele lugar,
27 aquele distrito, aquelas cidades, as calçadas etc. e alguém na reunião perguntou sobre as nossas
28 calçadas. Pois o projeto da fazenda era bacana, mas o nosso campus era antigo, pensado para
29 sessenta anos atrás. E a solução foi fazer “puxadinhos”, que não deram conta. Disse que tinham
30 um plano fantástico no HIDS, mas aqui continuávamos pisando na terra, na grama e no buraco.
31 Falou que o Prof. Tiago tinha toda razão nas questões levantadas, e que iria levar aquela enfática
32 reclamação da CCPG para a Reitoria, pois agora teriam que dar conta de uma política institucional,
33 e no relatório apresentado no CONSU, estava dizendo que a universidade vai incluir todo mundo,
34 mas continuava tendo muitos problemas. A conselheira **Profa. Melissa Gurgel Adeodato Vieira**

1 **(FEQ)** cumprimentou a todos e manifestou o seu apoio às falas que foram colocadas na reunião.
2 Contou que veio da Universidade Federal do Ceará e, na época que entrou, ingressou um estudante
3 da Matemática que precisava de acessibilidade, mas o prédio não tinha. Então, o estudante entrou
4 na justiça e exigiu a acessibilidade, e assim foi feita a adequação no prédio inteiro, para que ele
5 conseguisse ter acesso a todas as salas de aula e a outras necessidades. Disse que na Faculdade
6 de Engenharia Química, tiveram em dois mil e doze um acidente de uma professora na escada do
7 bloco dos professores, o Bloco A, e foi prometida à Diretoria, que a FEQ seria uma das primeiras
8 unidades a receber um elevador naquele bloco, tinha um projeto aprovado daquele elevador, mas
9 não receberam até hoje. Comentou que nos blocos da graduação, Bloco C e Bloco D, embora
10 tivesse uma rampa, ela seria tão íngreme que era inconcebível que um aluno que necessitasse de
11 acessibilidade, conseguisse ascender aqueles dois blocos. Falou que seria louvável que tivessem
12 mais aquela ação afirmativa e não acreditava que o “bode” estivesse entrando agora na sala, pois
13 tinham todos aqueles problemas havia muito tempo. Comentou que em sua unidade, tinha alunos
14 da graduação, funcionários, docentes que necessitavam de acessibilidade, portanto precisavam ter
15 um respaldo institucional. Disse que não falava em todos os aspectos, mas no mínimo de
16 acessibilidade, porque uma pessoa não precisava ser portadora de deficiência para necessitar de
17 um elevador. Uma simples professora gestante não conseguiria ascender no último andar para
18 ministrar aula no laboratório de computação. Falou que era uma questão importante e que vinha de
19 muito tempo necessitando daquela contrapartida institucional. Portanto, com certeza, a pós-
20 graduação incluindo aquilo no edital, abriria uma oportunidade, mas deixou claro que os alunos PCD
21 nunca foram impedidos de entrar na Unicamp. Comentou que infelizmente a pós-graduação da FEQ
22 estaria com vaga sobrando desde dois mil e dezenove e que havia um declínio no número de
23 inscrições. Portanto não seria problema algum colocar vagas suplementares para qualquer tipo de
24 cota. Mas que o problema era de fato gerar uma expectativa naquelas pessoas de que elas seriam
25 acolhidas de todas as formas. Contou que na FEQ tiveram um aluno da graduação, que foi para a
26 pós-graduação, que tinha uma necessidade extrema por conta de uma doença neurológica, e a
27 unidade, precisou se adequar com a cadeira de rodas, mas não foi o suficiente, pois ele não
28 conseguia chegar aos laboratórios, não conseguia fazer uma reunião com a orientadora, ela sempre
29 precisava se deslocar para onde ele estivesse. Finalizou dizendo que precisavam verificar todos
30 aqueles projetos engavetados. Então, realmente vir acompanhado daquela contrapartida
31 institucional. A **Sra. Presidente** disse que concordava com tudo o que a Profa. Melissa e todos os
32 outros professores comentaram e que certamente levaria aquela ênfase a Reitoria. Pois se tinha
33 mudança sendo encaminhada, precisavam ampliar e divulgar, para que todos ficassem mais
34 estimulados a fazerem aquele tipo de política. Tudo bem se estivesse demorando, mas alguém

1 estaria fazendo, portanto, em algum momento aconteceria. Falou que o “bode” estava na sala há
2 muitos anos e em algum momento teriam que dar conta dele. Disse que aquele estímulo, a
3 informação institucional e a ampliação daquilo que vinha sendo feito, talvez fosse o ponto para dar
4 a todos, um pouco mais de segurança para fazer a inclusão do PCD. Falou mais uma vez que a
5 Instrução Normativa seria uma sugestão e não precisaria ser aprovada naquele momento, se a
6 CCPG entendesse que ainda não era. Mas que todos entendiam que aquela era uma orientação e
7 qualquer que fosse o ponto, o momento em que ela fosse aprovada, ela não precisaria ser
8 imediatamente aplicada. Exatamente da mesma maneira que procederam com as cotas étnico-
9 raciais. Queremos que aconteça, mas não vai acontecer semana que vem. E que não era o caso
10 de colocar no edital que abriram cotas para PCD, ou talvez fosse. Mas não era o caso de dizer no
11 edital que a pós-graduação tinha condições infraestruturais para receber, pois não iria funcionar
12 assim. E outro ponto seria a comunicação das nossas possibilidades. Muitos não vinham para a
13 Unicamp, porque achavam que não era o caso, que não conseguiriam vir para a universidade e
14 com aquilo, se autoexcluía. Na graduação aquilo estaria muito claro. E em que medida um PCD
15 também não iria se autoexcluir de uma pós-graduação da universidade. Não saberíamos
16 dimensionar. Mas sabia que existia aquele tipo de situação. Achava que em um edital que
17 mencionasse que teria vaga PCD, cotas de ação afirmativa étnico-racial, poderia estimular uma
18 demanda desconhecida por todos. A Faculdade de Educação, como o maior programa da
19 universidade, e que atualmente estaria com quinhentos candidatos, e no passado já tiveram mais
20 de setecentos candidatos, recebia um número pequeno de alunos PCD, então seria difícil
21 dimensionar a demanda. Teríamos que ter o conhecimento daquele universo para entender a
22 necessidade de uma cota ou de uma avaliação naquela direção. Pediu para que todos entendessem
23 que não se tratava de um experimento institucional, mas sim de uma orientação. Falou que a pós-
24 graduação estaria disposta a abrir o espaço para aquela demanda da sociedade, mas não saberia
25 informar quando aconteceria, pois dependeria da discussão dos programas que poderiam até dizer
26 que abririam as vagas quando fosse o caso. Deixou claro que não estavam proibindo, que não
27 gostariam que aquilo acontecesse ou que só abririam de fato para PCD quando tiverem elevadores
28 nos prédios. Pois se a instituição definir, não teria o que fazer. Não era o caso de ficar fiscalizando
29 aquilo, mas sim uma orientação institucional importante. Seria bom para a pós-graduação e
30 Unicamp. Comentou que na pós-graduação atualmente teria trinta e cinco alunos PCD num total de
31 treze mil. Um número ínfimo. Finalizada a discussão, colocou em votação a Instrução Normativa
32 CCPG nº 02/2024, que foi aprovada por unanimidade. Seguiu para o segundo item da pauta e disse
33 que achava importante destacar as criações de cursos. Falou que o primeiro curso seria o doutorado
34 profissional de pós-graduação da História e pediu que a Profa. Nashieli discorresse sobre o assunto.

1 A conselheira **Profa. Nashieli Cecilia Rangel Loera (IFCH)** deu bom dia e informou que tinham um
2 único programa de mestrado profissional no IFCH na História e que, na verdade, já havia uma
3 demanda de um doutorado há vários anos. Perguntou se os presentes tinham lido o documento do
4 parecer da CAPES de curso novo informando que seriam trinta e nove núcleos, um programa que
5 funcionaria em rede, sendo a Unicamp um dos núcleos e a sede principal na Federal do Rio de
6 Janeiro. Informou que o núcleo de São Paulo era o mais procurado para o mestrado, então, seria
7 importante a adesão da Unicamp, pois havia uma demanda grande para o curso de doutorado, cujo
8 perfil seria completamente diferente dos outros cursos acadêmicos, de profissionais já inseridos no
9 ensino público que procuravam uma formação de mestrado e, depois, doutorado. Disse que aquela
10 demanda e discussão existiam desde uns quatro anos antes de a Unicamp aderir e levar a proposta.
11 Disse que, por conta da capacidade do corpo docente, o núcleo da Unicamp não abriria vagas para
12 doutorado ainda naquele momento, mas abririam no ano seguinte, transferindo três vagas das
13 quinze que abriam todo ano para o mestrado, então haveria, na verdade, uma diminuição de três
14 vagas de mestrado para a abertura de três de doutorado, e iriam avaliar como seriam credenciados
15 outros professores e colegas e avaliar quantas vagas mais poderiam ser abertas. Esclareceu que,
16 no parecer, um dos itens apareceu como negado por causa do número alto de disciplinas remotas,
17 o que na verdade havia sido um equívoco de uma leitura feita, tanto que o CTC aprovou, porque o
18 número de disciplinas não era aquele, já haviam conversado e realizado reajuste, pois a maioria
19 seriam disciplinas presenciais, com apenas algumas disciplinas remotas que envolvem os alunos
20 da rede toda. Disse que eram aqueles os esclarecimentos, que era um programa muito procurado,
21 e que era inclusive uma demanda dos próprios professores que já eram alunos e tinham se formado
22 no ProfHistória, no mestrado, uma demanda grande. Salientou que era importante um outro perfil
23 na avaliação institucional depois do perfil que estariam formando na Unicamp. A **Sra. Presidente**
24 agradeceu a Profa. Nashieli. Mostrou interesse e comentou que ficou muito contente que eles
25 tinham aberto o doutorado, embora tenham demorado, até porque a própria CAPES sempre teve
26 dúvida sobre o que seria um doutorado profissional e nunca definiu aquilo. Disse que os colegas da
27 História, na Unicamp, sempre demoraram muito mais do que outros núcleos, talvez porque a sede
28 da rede ficava no Rio de Janeiro, na Federal Fluminense, que abriu as vagas de forma bem mais
29 imediata. Achou ótimo, de qualquer maneira, que aquilo tivesse ocorrido. Informou que o professor
30 Amorim estava justamente indo para a Diretoria de Educação à Distância, que cuidava dos
31 mestrados e doutorados profissionais em rede, sobretudo por ter os cursos à distância da rede toda,
32 contemplando vários núcleos dos estados brasileiros, o que possibilitaria um contato mais facilitado
33 a respeito de eventuais dificuldades de contato, e que poderia ajudar os Profs, Profbio, Profmat etc.
34 O conselheiro **Prof. Claudio Chrysostomo Werneck (IB)** parabenizou e expressou não ter certeza

1 de quais dos colegas conheciam realmente esses Profs, e quanto a própria Unicamp realmente
2 conhecia dos Profs e do que seria desenvolvido dentro daqueles programas de mestrado
3 profissional, e agora também de doutorado. Expressou que gostaria muito que conseguissem
4 organizar um evento onde todos os Profs pudessem expor todos os trabalhos e produtos que os
5 alunos da Unicamp teriam criado. Disse que, caso conseguissem fazer um evento daquele, que
6 teria caráter até de extensão, porque poderiam convidar os professores da vizinhança para assistir
7 e prestigiar o evento, seria muito importante para mostrar o que faziam para a sociedade, e que
8 dificilmente existiria algum tipo de curso de pós-graduação que conseguiria atuar e trazer resultados
9 para a sociedade tão rapidamente quanto os Profs. Expressou ter muito orgulho de poder participar
10 daquele curso de pós-graduação, mas achava que estavam falhando em comunicar o que faziam.
11 A **Sra. Presidente** perguntou se aquela seria uma sugestão, e disse que poderiam começar a
12 pensar a respeito de fazer um seminário dos professores, o que seria bem interessante, inclusive
13 trazendo o professor Amorim, diretor atual da Diretoria da CAPES, para coordenar tal evento. A
14 conselheira **Profa. Nashieli Cecilia Rangel Loera (IFCH)** declarou ter achado a sugestão ótima e
15 complementou informando que haviam feito um evento de boas-vindas para a recepção dos
16 ingressantes da pós-graduação no início do ano, que ingressaram num grande número de 10
17 programas no IFCH. Comentou que havia um dos egressos do ProfHistória que falou justamente
18 aquilo, que foi muito bom porque o programa lhe permitiu levar a formação diretamente para a sala
19 de aula, como por exemplo com a obrigatoriedade de História Indígena e Afro-Brasileira, questões
20 que se aplicavam imediatamente aos conhecimentos e à sala de aula. Apontou que aquele foi um
21 dos comentários que o Prof. Enelton colocou, e que achou uma ótima iniciativa e sugestão a do
22 professor. A **Sra. Presidente** informou que iriam entrar em contato com os coordenadores dos Profs
23 para verificar quando seria possível começar, e colocou em votação o Item 2, que foi aprovado por
24 unanimidade. Comentou que a abordagem do item seguinte estaria prejudicada pela saída do Prof.
25 Plamen, que teve um compromisso pessoal. O item se referia à criação de um inter entre o Mestrado
26 Profissional em Matemática Aplicada, um outro programa, que não seria um Profmat de rede, mas
27 um mestrado profissional em Matemática Aplicada, mais antigo que o próprio Profmat, e a Federal
28 do Maranhão. Colocou em votação o Item 3, que foi aprovado por unanimidade. O item seguinte se
29 referia à FCA e à proposta de criação do curso de Especialização em Gestão do Esporte em Clubes
30 Esportivos. O conselheiro **Prof. Mauro Cardoso Simões (FCA)** informou que o curso foi pensado
31 pelo professor Leandro Mazzei, da FCA, em colaboração com o Comitê Brasileiro de Clubes e com
32 os clubes vinculados ao Comitê. Explicou que a proposta havia sido pensada, elaborada, e que a
33 expectativa do professor Leandro era de que o curso tivesse início no mês de agosto. Apresentou
34 que todos os requisitos exigidos para a formulação do curso tinham sido cumpridos, e a questão

1 seria ver como correriam os prazos e se de fato seria possível ter mesmo início naquela data ou
2 durante o segundo semestre. Disse que a demanda já havia sido colocada e que a formulação da
3 proposta foi justamente uma resposta para atender a demanda do Comitê Brasileiro de Clubes. A
4 **Sra. Presidente** perguntou se alguém tinha algum comentário, não havendo, colocou em votação
5 o Item 4, que foi aprovado por unanimidade. Informou que o item seguinte era a respeito da FEAGRI
6 e a proposta de PCI (antigo DINTER) entre a FEAGRI e a Universidade Eduardo Mondlane. O
7 conselheiro **Prof. Daniel Albiero (FEAGRI)** informou que esse DINTER seria aquela típica situação
8 do processo que acontecia no lugar certo e na hora certa, pois havia tempo que ele lutava para ter
9 um DINTER, e que estavam direcionando as negociações e conversas com a Universidade Federal
10 do Amazonas (UFAM) e que o pessoal do campus até queria, mas quando mandaram para a Pró-
11 Reitoria de Pós-Graduação de lá, que não era como a professora Rachel, que resolvia tudo de
12 forma tão eficaz, e acabou que não resolveu. Disse que já estava desanimado porque não iriam ter
13 o DINTER, e então uma professora, Juliana, entrou em contato informando que um pessoal de
14 Moçambique havia ligado para ela com a intenção de fazer algumas parcerias, ao que respondeu
15 imediatamente que topariam fazer um DINTER. Agradeceu a professora Raquel por ter concedido
16 o *Ad Referendum*, já que havia sido algo muito repentino, e a Pró-Reitoria foi compreensiva com o
17 caso. Agradeceu também ao professor Elias pelo parecer. Disse que era um DINTER com o pessoal
18 de Eduardo Mondlane, uma universidade de Moçambique, e que estavam muito contentes, que
19 havia muitos professores interessados em vir, e expressou seu desejo para que fosse aprovado,
20 também por fazer parte da política de internacionalização da FEAGRI. Constatou que o único
21 “problema” seria que eles, como todo africano, eram muito corajosos, então não sabiam se iriam
22 conseguir vir caso passassem, porque seria necessário o avião, a passagem aérea, e a bolsa e,
23 como todos os professores de lá, eles apertavam um pouco e até conseguiam, mas o problema
24 principal seria a passagem aérea. Comentou que, caso passassem, ele iria voltar à pró-reitoria para
25 tentar conseguir um apoio para aquele possível problema que seria o transporte aéreo. Agradeceu.
26 A **Sra. Presidente** brincou sobre esperar o problema acontecer para então lidar. Informou que
27 tinham conseguido remarcar a reunião com a CAPES que havia sido cancelada no mês anterior,
28 para o dia vinte e seis de junho; e que um dos pontos da discussão era se iriam um dia pensar em
29 fazer um Move África, já que havia o Move América, pois haveria muito interesse dos países de
30 língua portuguesa na África, no Brasil e na Unicamp, inclusive em outras áreas. Levantou um ponto
31 sobre a internacionalização, porque ainda não estava claro no perfil atual de internacionalização,
32 na diretoria atual, qual seria o programa após o fim do PRINT no mesmo ano. Comunicou que eles
33 tinham soltado uma série de editais, obviamente bem-vindos, mas sem um direcionamento claro, e
34 aquele seria um dos assuntos da conversa. Disse que o exemplo do prof. Daniel vinha bem a calhar,

1 ainda que houvesse mais exemplos na Unicamp, com relação à aprovação do item. Perguntou se
2 alguém tinha alguma observação, colocou em votação o Item 5, que foi aprovado por unanimidade.
3 Prosseguiu para o Item 13, que foi destacado pelo professor Plamen, que não estaria mais presente,
4 mas já se sabia o motivo e deveria ser retirado de pauta. Explicou que o caso de trancamento fora
5 do prazo seria um caso muito problemático de um aluno específico do IMECC, um caso muito
6 excepcional, pois o aluno já havia pedido todos os possíveis. Informou que aquele aluno teve vários
7 problemas dentro da pós-graduação, da instituição, do instituto, e hoje estaria afastado, na cidade
8 dele, na Bahia, por problemas de saúde. Explicou que estariam retirando de pauta porque, no meio
9 do trâmite de solicitação de trancamento excepcional que foi aprovado depois de uma longa
10 conversa com a DAC sobre como seria feito, ele pediu automaticamente um cancelamento de
11 matrícula. Reforçou que era uma questão complicada, que iriam resolver junto do prof. Plamen com
12 relação ao caso em específico, porém o ponto da pauta não existia mais, uma vez que ele cancelou.
13 Chamou uma votação necessária para retirada de pauta após a explicação do motivo e colocou em
14 votação a retirada de pauta do Item 13, que foi aprovado por unanimidade. Prosseguiu para o
15 expediente, composto por poucos pontos, sendo um deles a questão da defesa póstuma. Antecipou
16 que o prof. Pedro estava presente e, infelizmente, seria a última reunião dele, pois logo estaria
17 saindo para um pós-doutorado e seria substituído. Agradeceu por sua presença, por todas as
18 questões e intervenções que trouxe, mas ressaltou que aquele era um problema que vinha até hoje
19 e que teriam que resolver com o IA. Esclareceu que seria a respeito de uma aluna que faleceu bem
20 ao final do seu doutorado e não conseguiu realizar a defesa, e tanto o programa como a família
21 expressaram que gostariam que houvesse alguma cerimônia simbólica daquela defesa. Disse que
22 foram em busca de como fazer aquilo e inclusive de colocar no Regimento. Procuraram por outras
23 universidades que talvez tivessem aquela regulamentação e encontraram a Federal de São Carlos,
24 da qual já discutiram um pouco na reunião, e que aquela regulamentação seria encaminhada para
25 a DAC, pois parecia ser necessária uma série de acertos de sistema para implementar aquilo, e por
26 tanto, não teria ocorrido até então. Disse que não gostaria de deixar a questão daquela aluna em
27 suspenso por mais tempo, porque seria muito constrangedor para o programa e para a família,
28 então gostariam que a celebração acontecesse no IA, e que ela recebesse um certificado de defesa
29 de doutorado. Esclareceu que uma defesa póstuma não conferiria um título, evidentemente não
30 haveria um título de doutor, pois não existiria e seria algo ilegal, mas que pudesse existir um
31 certificado de defesa do doutorado o qual a família pudesse receber. Disse que encaminhariam a
32 solução naquele momento, pontualmente para esse caso do IA, enquanto a solução tramitava na
33 DAC. Relembrou que aquilo seria inclusive uma mudança de regimento, e que iriam fazer aquela
34 inclusão quando fosse o momento do sistema. Pediu confirmação se seria aquilo mesmo para a

1 professora Claudia. A conselheira **Profa. Claudia Vianna Maurer Morelli (PRPG)** complementou
2 que o que tinham visto na Universidade de São Carlos era que havia a formação de uma banca, em
3 que o orientador assumia a apresentação, e um aceite do que a banca propusesse, ou seja, haveria
4 de fato uma avaliação do trabalho, até para valorizar e não perder o que foi feito, uma homenagem
5 não só à aluna, mas ao próprio trabalho desenvolvido, e então iria para a biblioteca. A **Sra.**
6 **Presidente** reforçou que iria para a biblioteca e o que a aluna desenvolveu seria divulgado. A
7 conselheira **Profa. Claudia Vianna Maurer Morelli (PRPG)** concordou e reforçou que o trabalho
8 seria julgado de fato e quem assumiria o julgamento e arrumaria a tese ou dissertação seria o
9 orientador, e então o trabalho ficaria público. Disse que aquela era a ideia que seria levada, mas
10 que havia no momento um impedimento no trâmite do processo, que envolvia a questão da DAC, e
11 o sr. Fernandy teria pedido um tempo para que aquilo pudesse ser arrumado. A **Sra. Presidente**
12 disse que, naquele tempo, era sim possível que a DAC emitisse um certificado específico de
13 doutorado. O conselheiro **Prof. Pedro Maciel Guimarães Junior (IA)** questionou se seria o caso
14 de fazer antes da implementação do sistema da DAC. A **Sra. Presidente** afirmou e disse que aquele
15 era o motivo pelo qual estavam levantando aquele ponto no expediente, porque não havia tempo
16 hábil de fazer do outro modo, e que estava sendo protelado. Disse que era muito constrangedor
17 para a família, pois foi algo que aconteceu no início do ano, e que gostariam de fazer. Haveria o
18 certificado e ficaria regular no sistema mais tarde, conforme o novo Regimento, quando as novas
19 soluções da DAC estivessem definidas. O conselheiro **Prof. Pedro Maciel Guimarães Junior (IA)**
20 agradeceu a Sra. Presidente e perguntou de que forma aquele certificado seria emitido, se seria por
21 meio da CPG do IA. A **Sra. Presidente** respondeu negativamente, pois seria pela DAC. O
22 conselheiro **Prof. Pedro Maciel Guimarães Junior (IA)** expressou que demoraria até a DAC criar
23 o sistema para aquilo. A **Sra. Presidente** esclareceu que era algo que aconteceria fora do sistema,
24 um certificado pontual feito para ela. O conselheiro **Prof. Pedro Maciel Guimarães Junior (IA)**
25 perguntou se já poderiam dar início à realização da cerimônia. A **Sra. Presidente** afirmou e pediu
26 a confirmação do Sr. Fernandy. O **Sr. Fernandy Ewerardy de Souza (DAC)** confirmou que era sim
27 possível, mas ressaltou o fato de que seria um certificado comemorativo, sem registro. A **Sra.**
28 **Presidente** concordou que seria um certificado sem o registro do doutorado, uma vez que não era
29 algo regimental ainda, como também não seria possível, inclusive em termos legais, mas que seria
30 um certificado que a universidade colocaria, não só o programa, e por aquele motivo é que era
31 possível. A conselheira **Profa. Márcia Azevedo de Abreu (IEL)** expressou que, além da cerimônia,
32 que seria importante para a família e para o programa, era uma etapa muito importante a de
33 disponibilizar o trabalho, e questionou se com o certificado já haveria a autorização de disponibilizá-
34 lo. A **Sra. Presidente** disse que a ideia era aquela, de valorizar o trabalho feito, publicar e enviar

1 para a biblioteca e para a banca de teses da CAPES. Começou a falar sobre a Portaria nº 120, da
2 CAPES. Informou ter assistido um webinar da CAPES sobre a Portaria 120, e que havia inúmeros
3 problemas no país inteiro sobre aquilo, dúvidas, e tudo mais. Mencionou que a questão era que
4 aquela portaria restringia claramente os gastos dos recursos de auxílio-pesquisador, a partir de
5 então, dentro de alguns critérios. A ideia era que a CAPES então passasse a fazer uma assinatura
6 para todo o país e com alguns daqueles publishers. Comentou que já existia aquela assinatura entre
7 CAPES e ACS (American Chemical Society), e que estariam assinando há alguns dias com a
8 Springer e com a Wirley. Aquilo significava que, a partir de então, os pedidos de recursos para
9 publicação seriam feitos por meio de um pequeno sistema direto da CAPES no qual o próprio autor
10 se registraria, informaria como seria a publicação, preencheria os dados necessários em um
11 formulário do sistema, para que então a CAPES encaminhasse à publicação. Explicou que a
12 coordenadora do portal de periódicos, a Andréia, da CAPES, explicitamente disse que a ideia
13 principal da CAPES era de, com aquela manobra, economizar os recursos PROAP e Auxílio-
14 Pesquisador, para que fosse usado para outras coisas que não pagasse valores absurdos. Disse
15 que consideravam um absurdo a CAPES ficar assinando com aqueles publishers todos usando
16 como recurso o dinheiro do Tesouro Nacional, mas que, de qualquer forma, se tratava de aliviar e
17 de permitir que aqueles recursos fossem usados para outras coisas que não valores de publicação.
18 Salientou que, a partir daquela Portaria, não poderiam mais usar recursos da Pró-Reitoria ou dos
19 programas para publicações internacionais, o que às vezes era solicitado, caso não estivessem
20 encampadas pelas assinaturas da CAPES no portal de periódicos. Disse que, no momento, apenas
21 a American Chemical Society já teria a assinatura definida, e que a assinatura da Springer e da
22 Wirley estariam sendo encaminhadas até outubro. Comentou que, até então, a CAPES não havia
23 mencionado nada sobre a Elsevier. Esclareceu ao prof. Daniel que não poderia ser pago com o
24 valor e nem poderia ter o reembolso das que estariam presentes na assinatura, mas que as demais
25 seriam permitidas. O conselheiro **Prof. Daniel Albiero (FEAGRI)** expressou que se confundiu e não
26 entendeu. A **Sra. Presidente** esclareceu que não seria possível pagar com o dinheiro da CAPES
27 os artigos publicados encaminhados para aqueles publishers, para a American Chemical, para
28 Wirley e para Springer, só poderiam pagar para a Elsevier. O conselheiro **Prof. Daniel Albiero**
29 **(FEAGRI)** indagou se poderia pagar para a Elsevier. A **Sra. Presidente** respondeu que se a CAPES
30 assinasse com eles, não poderia mais. O conselheiro **Prof. Daniel Albiero (FEAGRI)** compreendeu
31 e expressou que quase nada havia mudado. **Sra. Presidente** disse que tinha sim mudado, pois
32 existia uma economia para quem assinasse naquelas outras áreas. **Prof. Daniel Albiero (FEAGRI)**
33 perguntou se não tinha algo sobre a CAPES aprovar ou não aprovar, porque ele teria lido em algum
34 lugar que o sistema iria aprovar se pagava ou não o artigo. **Sra. Presidente** afirmou e disse que

1 iriam aprovar. Relatou que a Andreia foi muito clara ao explicar que o sistema da CAPES iria agir
2 como fiscal, já que havia muitos programas pelo país todo que encaminhavam publicações de
3 pessoas de fora da instituição, como por exemplo no caso de algum professor ou pós-doutorando
4 que trabalhava em certa área, com uma publicação que iria contar para o programa etc. Informou
5 que aquilo não era permitido, e que a CAPES fiscalizaria como o FBI, nas palavras da própria
6 Andreia, inclusive algo que eles iriam pedir, era que cada professor tivesse o seu ORCID, a fim de
7 identificá-lo. Caso o proponente de uma publicação vinda da Unicamp não tivesse aquele ORCID e
8 eles não conseguissem encontrar, vão contatar o pró-reitor e perguntar se o professor proponente
9 seria de lá, sendo aprovado apenas em caso positivo. Informou que, atualmente, tudo estaria
10 passando e sendo pago, ainda que não houvesse tantas proposições, porque o sistema ainda
11 estava em seu início, mas as coisas estariam sendo pagas. Disse que, entretanto, iriam avisar
12 quando aquela fiscalização e controle iria de fato começar, e então a própria instituição seria
13 responsável por respondê-lo, então, se certo professor ou programa encaminhar uma publicação
14 de alguém que não seja da instituição, por algum motivo, o egresso do programa poderia ser pago
15 com o recurso do programa, e seria permitido usar o formulário de assinatura que estavam fazendo.
16 Comentou que aquilo ainda demoraria um pouco, e que não sabia por que já tinham soltado aquela
17 Portaria tão imediatamente considerando que havia diversas coisas sendo feitas, mas que já havia
18 um pouquinho da pressão por causa da Química, e de já estar assinado, e por conta da economia,
19 em termos nacionais. Pelo menos foi o que entendemos no webinar. Resumiu a Portaria 120 como
20 sendo o cuidado com os recursos e sobre onde estariam sendo encaminhados, sobre o professor
21 saber que ele deverá ser ou pesquisador, ou egresso, e que terá de entrar no formulário do sistema
22 para propor a publicação, enquanto as que ainda não tenham aquela assinatura poderiam ser
23 pagas. O conselheiro **Prof. Marko Synésio Alves Monteiro (IG)** perguntou se aquilo se aplicava
24 apenas ao PROAP e não ao PROEX. A **Sra. Presidente** respondeu que se aplicava a toda a verba
25 da CAPES. O conselheiro **Prof. Valentim Adelino Ricardo Barão (FOP)** perguntou se o formulário
26 deveria ser feito antes da submissão ou após o artigo ser aceito. A **Sra. Presidente** respondeu que
27 o formulário seria a própria submissão. O conselheiro **Prof. Valentim Adelino Ricardo Barão**
28 **(FOP)** questionou se, teoricamente, os artigos aprovados na ACS, se submetidos via CAPES,
29 ficariam *open* na revista, tendo um autor correspondente, professor da Unicamp. A **Sra. Presidente**
30 disse que a ideia era ter o acesso aberto, e que estariam investindo para que aquilo acontecesse.
31 Disse estarem querendo rebater um pouco o outro movimento e que não saberia até que ponto
32 aquilo teria êxito, mas que fazia todo sentido investir no acesso aberto. A conselheira **Profa. Melissa**
33 **Gurgel Adeodato Vieira (FEQ)** perguntou se não haveria uma redução do convênio, visto que a
34 ideia seria economizar o recurso dos programas e que deixariam de pagar aquilo. Pois ela tinha

1 acabado de entrar, então questionou se não viria um novo convênio ou uma redução por conta
2 daquilo. A **Sra. Presidente** disse que eles não fariam aquela conta. A conselheira **Profa. Melissa**
3 **Gurgel Adeodato Vieira (FEQ)** achou ótimo. A **Sra. Presidente** acrescentou que inclusive não era
4 previsível o quanto eles iriam aplicar, e que a ideia principal daquilo seria economizar, investir no
5 acesso aberto internacionalmente, uma vez que haveria um grande conjunto de esforços e
6 investimento em acesso aberto em vários países, e aquilo fazia parte das ações. O conselheiro
7 **Prof. Daniel Albiero (FEAGRI)** comentou que a fala da presidente o aliviou muito, pois ele estava
8 bem preocupado. A **Sra. Presidente** disse, se dirigindo à profa. Claudia, que o planejamento
9 estratégico era ali do lado. A conselheira **Profa. Claudia Vianna Maurer Morelli (PRPG)** disse que
10 muitos programas gostariam de fazer o planejamento estratégico, às vezes só não sabiam como
11 proceder, e não só por causa da CAPES. Apontou que o planejamento estratégico seria algo
12 importante a ser feito pelo programa, assim como a avaliação periódica etc. Disse que a PRPG
13 estava querendo fornecer apoio naquele sentido, e que solicitaria à sra. Cristina que mandasse um
14 e-mail, e que gostaria que todos incentivassem seus programas para definir quantos desejariam
15 proceder com o planejamento estratégico, ela iria verificar quantos eram e, na semana seguinte, se
16 encontraria com o pessoal da CGU para abordar aquelas questões. Disse ao prof. Guilherme que
17 mais tarde conversariam, pois a questão havia mudado um pouco. O conselheiro **Prof. Tiago**
18 **Zenker Gireli (FECFAU)** reforçou que seu pessoal já estava fazendo por iniciativa própria um
19 planejamento com o pessoal da CGU e que estava sendo muito legal, que estavam conseguindo
20 fazer funcionar e desenvolver bem, junto com o Emerson. Disse que estavam fazendo um total de
21 cinco reuniões semanais, estavam indo para a terceira agora e já haviam avançado bastante, então
22 era algo que valia a pena, pois eram coisas que ajudavam bastante quando não sabiam por onde
23 começar. A conselheira **Profa. Claudia Vianna Maurer Morelli (PRPG)** informou que, quem tivesse
24 curiosidade, poderia entrar no site da FCM, onde já estavam publicados os relatórios dos programas
25 realizados, e que seria bom ser público porque a CAPES poderia ter acesso. Informou que
26 conheciam outros programas que estavam sendo realizados, mas que a ideia principal era, assim
27 como nos questionamentos dos programas, por onde começariam, como fariam, e qual o objetivo.
28 Disse que estavam justamente querendo dar oportunidade para que os programas pudessem fazer
29 o planejamento de forma correta e apresentar aquilo no relatório seguinte da Sucupira. Incentivou
30 todos a se informarem e conversarem com os programas, e acrescentou que a Sra. Cristina enviaria
31 um e-mail para que pudessem ter um número, e assim saber como iriam planejar e organizar aquele
32 apoio. A **Sra. Presidente** apresentou o último ponto da pauta, a avaliação da pós-graduação.
33 Lembrou que todos receberam no e-mail, juntamente com a pauta da reunião, o relatório que
34 fizeram, que teve início quando a profa. Rosângela era vice-presidente da CCPG, então

1 coordenadora da Economia, e hoje diretora associada da Economia. Informou que tiveram vários
2 colegas ajudando a produzir um banco de dados, que foi constituído usando os dados da DAC, o
3 qual ela juntou, programou e com eles criou um software, ao qual agrupou os vários programas por
4 área de conhecimento da CAPES. Disse que, quando a profa. Rosângela saiu da CCPG e o prof.
5 Mauro a substituiu, assumiram também aquele relatório, realizaram aquela análise e apresentaram
6 o relatório atual. Disse que a ideia seria elaborar um seminário interno de avaliação da pós-
7 graduação. Apontou que, no final do relatório, estava presente a área de cada um, e anunciou que
8 proporião uma discussão que permitisse uma reflexão sobre o que estava acontecendo, com
9 relação à questão do interesse, uma vez que a taxa de relação entre inscritos e aprovados se
10 mostrou muito problemática para todas as áreas ao longo dos dez anos analisados, com exceção
11 apenas da Linguística. Disse ser necessário discutir aquela questão em uma avaliação interna,
12 ressaltando que conhecia aquelas preocupações que os programas tinham, e que já eram
13 realizadas reuniões internas para abordá-las, que era algo amplamente comentado nas seleções
14 anuais. Indicou a revista FAPESP do mesmo mês, onde havia uma pequena reportagem acerca do
15 assunto, na qual as três universidades paulistas anunciavam um simpósio, a ser realizado em
16 agosto, acerca da avaliação da pós-graduação e de eventuais propostas de modelos para ela.
17 Levantou que, quando se falava em propostas eventuais de mudança de modelo da pós-graduação,
18 isso concernia principalmente ao mestrado, seu tempo de duração e seu atual papel na formação
19 de profissionais. Comentou que, para algumas áreas, o mestrado era simplesmente um passo
20 rápido, que encaminhava diretamente ao mercado de trabalho; contudo, para outras áreas não era
21 assim, e era mais um lugar de amadurecimento e reflexões, mais ainda no caso das áreas de
22 humanas do que das áreas mais aplicadas, como engenharias. Relembrou que o professor Sávio
23 havia falado um pouco sobre as dificuldades da própria pós-graduação, do mestrado, pois não era
24 só a questão do valor da bolsa que espantava as pessoas, mas sim algo mais complexo e sério,
25 anterior à pandemia, e não relacionado ao valor das bolsas, e sim com a adesão da profissão ou
26 da formação para sua aplicação no mercado de trabalho. Ressaltou que a ideia do seminário seria
27 fornecer um subsídio para pensar a forma da universidade, e que deveriam encontrar um dia para
28 fazer aquela discussão realmente mais substancial sobre uma proposta de modelo. Questionou se
29 caberia à universidade refletir sobre reduzir o tempo do mestrado, sobre se dedicar a um doutorado
30 direto, sobre mudar os modelos. Mencionou que não existiria um modelo único para a UNICAMP
31 como um todo, e nem mesmo um modelo que fosse pensado para mudar aquela questão, nem
32 mesmo pela própria CAPES, uma vez que o Plano Nacional da Pós-Graduação não tinha até então
33 avançado de onde estava, e aquilo seria mais um ponto de discussão da reunião do final de julho,
34 uma vez que o tal plano possuía apenas indicações, mas nenhuma deliberação sobre o que deveria

1 ser feito. Aquilo que no momento estava exposto na versão pública e final do Plano Nacional de
2 Pós-Graduação, que foi para audiência pública, estava muito reduzido quando comparado ao
3 trabalho tido pela Comissão, havia sido sintetizado demais. Apontou que havia uma preocupação
4 clara, e que fariam uma análise baseando-se no que era dito em termos nacionais, e que as mesmas
5 áreas que tinham um problema nacional e as mesmas questões colocadas sobre afastamento
6 estariam presentes também na Unicamp, então aquela era uma questão mais ampla, nacional.
7 Sugeriu que encontrassem um dia em julho para realizar a discussão, porque o simpósio com as
8 outras universidades iria acontecer em agosto. Comentou que as próprias USP e UNESP iriam
9 determinar e realizar aquilo internamente, e talvez também as universidades federais, e que uma
10 das intenções seria trazer a CAPES para a discussão, trazer as pessoas que estudavam aquele
11 aspecto há mais tempo. Comentou que o simpósio geral seria em agosto e provavelmente em São
12 Paulo, mas o local ainda não havia sido decidido, mas que, independentemente, deveriam manter
13 a discussão interna. Ponderou sobre a possibilidade de o simpósio não acontecer em agosto, ou
14 mesmo em nenhum momento, e sobre a importância de realizar as discussões de forma
15 independente na Unicamp. O conselheiro Prof. **Daniel Albiero (FEAGRI)** sugeriu que fosse nas
16 duas últimas semanas de julho, do dia quinze à frente, por conta de exames etc. A **Sra. Presidente**
17 consultou, então, se seria viável aos presentes. Reconheceu que estavam em um momento um
18 pouco mais aliviado, sem aulas. A conselheira **Profa. Cristiane Machado (FE)** perguntou se
19 poderia participar remotamente, já que em julho estaria afastada por conta das férias, e teria
20 disponibilidade de participar, mas não presencialmente. A conselheira **Profa. Nashieli Cecilia**
21 **Rangel Loera (IFCH)** sugeriu que não fosse nas férias, mas mais próximo de começar o semestre,
22 nos dias trinta ou trinta e um de julho, que também teriam um congresso grande de Antropologia. A
23 **Sra. Presidente** sugeriu fazer em agosto. Perguntou se alguém via problema naquilo, pois aí fariam
24 logo no início e não atrapalharia as férias, contemplando a presença da Profa. Cristiane, o
25 congresso da Profa. Nashieli. O conselheiro **Prof. Marko Synésio Alves Monteiro (IG)** disse que
26 apoiava a sugestão de ser próximo ao início do semestre, e complementou que tinha dois eventos
27 para participar, um em Campinas, na segunda metade de julho, e a Conferência Nacional de CTI,
28 em Brasília, nos dias trinta, trinta e um e um de agosto, portanto, pediu que fosse no começo de
29 agosto, mas depois do dia um. A **Sra. Presidente** sugeriu então que fosse nos primeiros dez dias,
30 e que enviaria um e-mail a todos para confirmar o dia decidido. Disse que se reuniriam no CONSU
31 ou em outro auditório, caso estivesse indisponível. Perguntou se no dia sete de agosto, quarta-feira,
32 seria possível. A conselheira **Profa. Nashieli Cecilia Rangel Loera (IFCH)** informou que seu
33 instituto teria reunião de congregação toda quarta-feira na primeira semana. A **Sra. Presidente**
34 comentou que poderiam usar uma CCPG para aquilo. O conselheiro **Prof. Daniel Albiero (FEAGRI)**

1 sugeriu que a sra. Cristina mandasse um doodle com várias datas dentre aqueles primeiros dez
2 dias para que fosse votado o dia com disponibilidade de maior número de pessoas. A **Sra.**
3 **Presidente** disse que, no limite, se não conseguissem uma data apropriada para todos, por serem
4 muitos, iriam usar a CCPG do dia quatorze de agosto para a discussão, enquanto tentariam fazer
5 uma pauta mais breve quanto possível, apenas com coisas imediatas e de fácil aprovação para, em
6 seguida, realizar o simpósio. Com a concordância dos demais, decidiram que o simpósio seria
7 mesmo no dia da CCPG de agosto, e que todos deveriam ter aquilo agendado. Confirmou com o
8 prof. Pedro se ele realmente não estaria presente. O conselheiro **Prof. Pedro Maciel Guimarães**
9 **Junior (IA)** disse que não estaria e que gostaria justamente de agradecer e comunicar que aquele
10 seria seu último dia de coordenação, pois a partir de julho ou agosto entraria um novo coordenador
11 em seu lugar. Agradeceu a todos os colegas com quem trocou e acrescentou trabalhos, disse que
12 continuaria no GT dos Saberes, portanto a Profa. Cláudia poderia contar com ele, porque era
13 sempre bom terminar o que começou. A **Sra. Presidente** agradeceu de volta em nome de todos
14 pela presença do Prof. Pedro e disse que sentiriam sua falta no simpósio, mas que ele estaria
15 melhor em seu pós-doutorado na França. Passou a palavra para a Profa. Melissa. A conselheira
16 **Profa. Melissa Gurgel Adeodato Vieira (FEQ)** retomou o tema da modernização. Disse que já
17 estava na CCPG em 2018, na gestão da professora Nancy, e que aquele assunto estava em voga
18 na época, quando a USP assinou um acordo que iria modificar o sistema de pós-graduação, e a
19 Unicamp também estava incluída naquilo. Comunicou que haviam feito um GT com membros da
20 CCPG do qual fez parte, e que foi um movimento bastante expressivo da pós-graduação na época,
21 que envolveu todos os programas por meio de representantes por áreas e depois levou tudo para
22 aquele GT e apresentaram como seria um modelo daqueles para a Unicamp. Sugeriu então que
23 aquele fosse resgatado na reunião de agosto, pois era um trabalho interessante e que não deveria
24 ser perdido. Mencionou que tentaram alinhar as demandas de todas as áreas, apesar de cada uma
25 ter suas especificações, e que aquilo poderia servir de ponto de partida para a discussão. A **Sra.**
26 **Presidente** disse que poderiam eventualmente dar uma sequência ou, se não necessariamente, ao
27 menos se inspirar naquele GT. A conselheira **Profa. Melissa Gurgel Adeodato Vieira (FEQ)**
28 concordou, acrescentando que deveriam ao menos resgatar aquele histórico para que não fosse
29 perdido. A **Sra. Presidente** comentou não ter gostado muito da proposta existente da USP, pois a
30 maneira como ela muda a forma de ingresso era problemática, escolarizava um pouco a pós-
31 graduação para daí então aperfeiçoar as formações específicas. Apontou que, de qualquer forma,
32 aquilo seria matéria para a discussão. O conselheiro **Prof. Orlando Luis Goulart Peres (IFGW)**
33 levantou um ponto sobre a recepção dos professores da Universidade de Puno, que havia
34 acontecido no ano anterior, seguindo um acordo feito pela DERI a fim de trazer os professores de

1 lá para a Unicamp. Comentou que no passado a recepção foi bem problemática e mal-feita, porque
2 na verdade nem houve uma recepção, e os professores estavam parados no corredor, sem saber
3 o que fazer. Disse que estava sendo ainda mais complicado, porque não havia nem comunicação
4 da DERI, e a unidade de fora já havia entrado em contato com ele, e ele não sabia exatamente o
5 que fazer, visto que já tinha passado todos os passos da DAC para intercâmbio. Comentou que a
6 DERI deveria fazer um planejamento, pois havia mandado datas que não batiam com o calendário
7 da DAC, não conseguindo colocar os alunos nos cursos, que seria o mais interessante para eles.
8 Disse que era muito complicado aquela dissonância que estava acontecendo entre as partes. A
9 **Sra. Presidente** mencionou que eles tinham um almoço marcado com a DERI, então já tinha
10 assunto a ser discutido. O conselheiro **Prof. Orlando Luis Goulart Peres (IFGW)** mencionou que
11 houve um movimento de Sucupira 2.0, em que as unidades deveriam fazer acordo com a CAPES
12 para que houvesse a troca de informações. Perguntou se aquilo já estava em andamento na
13 Unicamp. A **Sra. Presidente** afirmou que estava, sim, em andamento, e que a nova Diretoria de
14 TIC estava avaliando a capacidade que teriam para aquele diálogo, já que nunca havia acontecido
15 um de fato com os dados da CAPES e com a Unicamp. Informou que estavam avaliando, e que
16 aquele acordo já tinha sido assinado informalmente pelo reitor na própria CAPES, mas que agora
17 fariam formalmente na reunião. O conselheiro **Prof. Tiago Zenker Gireli (FECFAU)** perguntou aos
18 colegas ainda presentes como estava sendo a experiência deles com o pós-doutorado e fez um
19 desabafo quanto à situação em sua unidade, em que, com os novos editais de pós-doutorado
20 tinham conseguido adquirir os cinco pós-doutorandos a que tinham direito, inclusive o das cotas,
21 mas já haviam perdido dois. Um deles tinha ido embora um mês depois de passar no concurso e
22 uma outra passou em outro concurso e também foi embora. Comentou que haviam liberado os
23 professores para saírem a fim de fazer pós-doutorado e agora estavam encarando uma situação
24 em que faltava tanto o pós-doutorando quanto o professor. Perguntou novamente a fim de saber se
25 aquilo era azar ou se havia acontecido com as outras unidades. A **Sra. Presidente** disse que não
26 sabia avaliar aquilo. O conselheiro **Prof. Tiago Zenker Gireli (FECFAU)** disse que o pós-doutorado
27 era mais frágil do que uma contratação emergencial, por exemplo. Não que um emergencial não
28 pudesse dar as costas por passar em um outro concurso, mas aquilo havia se tornado um problema
29 no fim das contas. O conselheiro **Prof. Pedro Maciel Guimarães Junior (IA)** comentou que
30 também tiveram um problema bem sério, não de mesma ordem, porque não perderam ninguém,
31 mas um problema em que houve mistura de instâncias, porque, como a CPG não esteve tão próxima
32 da organização e havia tudo sido feito via chefia de departamento, aconteceu que entraram dois
33 pós-doutorados para o mesmo curso de graduação e eles quiseram se filiar a um professor
34 orientador de um outro curso, e não do curso onde os professores daquele curso de graduação

1 atuavam. Explicou que, então, tiveram um curso de graduação com dois pós-doutorados aceitos e
2 eles foram para um programa cujo curso de graduação não estava no programa, que então ficou
3 com dois mesmo sem ter apresentado nenhuma proposta, e o programa que tinha a possibilidade
4 de ficar com pelo menos um, acabou sem nenhum. Comentou que foi complicado e que houve muita
5 discussão, que esperava que não houvesse mais casos como aquele, e que havia se tornado um
6 consenso no IA de que talvez a execução do processo tenha sido acelerada demais. Também
7 apontou o ponto negativo da mistura de instâncias, em que não ficou claro que seria do universo da
8 pós-graduação, um pós-doutorando para atuar na graduação. A **Sra. Presidente** mencionou que a
9 disciplina sempre foi de graduação. O conselheiro **Prof. Pedro Maciel Guimarães Junior (IA)**
10 mencionou que a pessoa era um pós-doutorando, algo do universo da pós-graduação. A **Sra.**
11 **Presidente** disse que a ideia era que a seleção tivesse alguém trabalhando naquela área para
12 assumir aqueles cursos e que fizesse os seus estudos de pós-doutorado. O conselheiro **Prof. Pedro**
13 **Maciel Guimarães Junior (IA)** apontou que as áreas eram muito interrelacionadas, então quando
14 havia uma divisão de professores de um curso de graduação em diferentes programas de pós-
15 graduação, acabava resultando naquele tipo de situação. A **Sra. Presidente** levantou uma
16 observação para o prof. Pedro de que aqueles professores tinham sido contratados como pós-
17 doutorandos, aprovados para os cursos que constavam no edital, e que embora nada os impedisse
18 de trabalharem o seu pós-doutorado com outro professor, eles teriam de dar o curso do edital. O
19 conselheiro **Prof. Pedro Maciel Guimarães Junior (IA)** disse que a questão era que o pós-
20 doutorando deveria se filiar a um supervisor, que estaria na pós-graduação, então não haveria uma
21 ligação direta entre o curso de graduação e um programa de pós-graduação. Ainda que muitas
22 vezes tivesse, às vezes existia uma bicefalia, que já havia provocado vários outros problemas,
23 sendo aquele só mais um deles, e foi grave. A **Sra. Presidente** disse que o edital definia claramente
24 as disciplinas nas quais os pós-doutorandos iriam atuar, e que iriam realizar seus estudos de pós-
25 doutorado com um orientador supervisor, que poderia ou não ser vinculado àquela disciplina. Disse
26 que, supondo que os pós-doutorados tivessem tal maleabilidade, não era o caso de pegar alguém
27 da área de Exatas para trabalhar na de Humanas, mas se tratava de trabalhar dentro do Instituto
28 de Artes, em áreas específicas, evidentemente, não só música ou teatro. Disse que, se não
29 estivesse equivocada, talvez o problema que tiveram no IA tivesse sido algo ainda mais local. O
30 conselheiro **Prof. Valentim Adelino Ricardo Barão (FOP)** relatou que, na FOP, também abriram
31 o edital e tiveram inscrição tanto para as vagas cota e não cota, mas que na época a pessoa
32 selecionada foi para a Alemanha e desistiu da vaga. Disse que reabriram o edital da cota e estavam
33 fazendo novamente a seleção, então teoricamente a vaga seria preenchida. Informou que as cinco
34 vagas da ampla concorrência foram preenchidas, sendo que um dos candidatos também passou

1 em um concurso na Federal e certamente iria abandonar o pós-doutorado. Expressou que sua
2 dúvida para as instâncias superiores seria que, uma vez que haveria um usufruto da bolsa de
3 aproximadamente 6 meses, se haveria a possibilidade de abrir um novo edital pelo menos para
4 aquele tempo remanescente. A **Sra. Presidente** explicou que a ideia era que o edital fosse aberto
5 para ser encaminhado até o final do ano e que aquilo acontecesse, por mais que terminasse próximo
6 do final do ano, mas deveria ser aberto o novo edital até o segundo semestre. O conselheiro **Prof.**
7 **Enelton Fagnani (FT)** disse que teve um pós-doutorando, da área de transportes, uma área com
8 pouca gente, que desistiu do programa da FT e foi para a Engenharia Civil, onde ficou por apenas
9 um mês e depois partiu para Brasília. Mencionou ter achado esquisito quando chegou o modelo do
10 edital para eles, pois pareceu que a Unicamp tinha inabilidade em fazer um edital, pois tinham
11 mandado constituir banca antes de saber os candidatos, tiveram que refazer o edital por conta de
12 conflito de interesse, enfim, havia cometido erros muito primários e sem precedentes. Mencionou
13 que, além daquilo, a falta de participação da pós-graduação no processo foi muito danosa, uma vez
14 que aquela tinha experiência no assunto e afinal o trabalho do candidato seria com pesquisa. Disse
15 que deveria haver um envolvimento maior da pós-graduação, apesar do pós-doutorado ser para
16 atuar na graduação também. Citou como exemplo uma das vagas que o pessoal da CG, pois na FT
17 não havia departamentos, deu para o candidato ministrar as disciplinas de Cálculo, de Geologia e
18 de Câncer de Próstata, o que era totalmente não-relacionado e absurdo, que não preenchia a vaga.
19 A **Sra. Presidente** apontou que aquilo era um erro local. O conselheiro **Prof. Enelton Fagnani (FT)**
20 concordou e disse que sim, havia sido um erro local da unidade, mas que ainda assim foi
21 prejudicado por não ter a liberdade para influenciar ou dar sugestões, já que, como não tinham um
22 departamento, partiu da direção. Expressou que, nas próximas edições, a pós-graduação deveria
23 ser colocada de uma forma mais presente para poder dirimir tais coisas. A **Sra. Presidente** atentou
24 para que aquele não era um edital da pós-graduação, e sim um edital da Reitoria para pós-
25 doutorado de um programa de pós-doutorado, que beneficiaria docentes ou unidades que tivessem
26 docentes em amplo desenvolvimento, tanto de carreira ou que quisessem ir para fora etc. Disse
27 que, naquele caso, as disciplinas de graduação seriam as mais afetadas, pois uma das ideias
28 originais era de liberar os docentes, e não uma questão da própria pós-graduação. Relembrou que
29 era um programa de pós-doutorado, e que a Unicamp certamente se beneficiaria tanto em pesquisa,
30 que seria realizada pelo pós-doutorando, quanto em ação, na atuação nas disciplinas de graduação.
31 Explicou que os editais tinham sido pensados para ter como banca as áreas que precisassem
32 daquelas disciplinas, áreas onde teria alguém que desejasse sair. Exemplificou que, se havia dois
33 professores de determinada área que gostariam de sair, montariam uma banca de aprovação para
34 um pós-doutorando que iria se inscrever para aquelas áreas de ensino e para aquela área de

1 pesquisa, que às vezes não coincidiam, mas deveriam coincidir. Mencionou que havia aqueles
2 problemas internos, como os apontados pelo prof. Pedro, embora indesejados, e que era algo difícil
3 de ser estabelecido, pois não era absolutamente neutro como em um concurso público, era diferente
4 do que simplesmente montar uma banca baseada naquilo que aparecesse. Esclareceu que, para
5 uma segunda versão, os pontos do edital poderiam ser melhorados, mas destacou que a ideia era
6 aquela. O conselheiro **Prof. Enelton Fagnani (FT)** complementou, exemplificando um caso
7 particular da FT, que era uma unidade mais jovem, e portando com menor demanda de pessoas
8 para saírem a um pós-doutorado no exterior, que lá havia cursos que tinham sido aprovados, mas
9 que não tinham professores. Colocou o exemplo do curso de Engenharia de Transportes, que havia
10 sido proposto e aclamado, mas que não recebeu docentes, então estava chegando ao ponto das
11 disciplinas mais específicas do curso, e dos docentes locais não darem conta, então foi algo
12 pensado também para tentar remediar aquilo. Comentou que a massa crítica para dar aulas no
13 curso de Transportes era raríssima, tanto que um desses que entrou na FT pulou de um lugar para
14 o outro várias vezes e, por fim, foi para Brasília atuar em um órgão da Secretaria de Transportes,
15 algo naquele sentido, então aquela era uma particularidade da unidade. O conselheiro **Prof. Plamen**
16 **Emilov Kochloukov (IMECC)** concordou que o edital dos pós-doutorandos havia sido muito mal-
17 feito. Comentou que teve de presidir uma das Comissões do IMECC, mas que a composição final
18 da Comissão não teve nenhuma intersecção com a proposta inicial, já que não era possível
19 determinar quem iria se inscrever antes da inscrição. Mencionou também que três saíram da
20 Comissão e outros três entraram, tudo por conflito de interesses, e depois esses três saíram
21 também, um por um, e no final havia sobrado uma Comissão meio que ad hoc. Apontou que também
22 estavam no momento com o problema de saída de um dos pós-doutorandos, que tinha recebido
23 bolsa de pós-doutorado da FAPESP que, ainda que fosse um pouco menor que a bolsa da
24 universidade, não envolvia obrigação didática, então ao invés de dar oito horas de aula por semana,
25 ele preferia receber um pouco menos para não se preocupar em dar aulas. Disse que esperava sim
26 que abrisse uma nova seleção, mas que poderia resultar em algum problema jurídico, uma vez que
27 na seleção anterior houve candidatos aprovados, sendo que havia somente três vagas, por
28 exemplo. A **Sra. Presidente** afirmou que poderia reaproveitar aqueles selecionados. Exemplificou
29 que, se alguém fosse embora no segundo semestre, saberiam que aquele seria o prazo final até
30 para abrir o edital. Se houvesse um candidato aprovado, ele poderia ser aproveitado sem a
31 necessidade de uma nova seleção. Disse que aquilo facilitava um pouco os problemas da FT e do
32 IMECC. A conselheira **Profa. Melissa Gurgel Adeodato Vieira (FEQ)** disse que, quanto à questão
33 da banca, eles resolveram colocando o corpo docente inteiro como possíveis membros de banca,
34 então mais cedo ou mais tarde alguém poderia participar, e aquilo ficou resolvido. Disse que,

1 quando tiveram a notícia de que receberiam pós-doutorandos, que todos sabem que era algo
2 temporário, consideraram que as possibilidades de passar em um concurso era algo possível, não
3 só no caso de bolsas PPPD da Unicamp, como também bolsas FAPESP, CNPq etc. Expressou
4 que, como havia uma grande preocupação por parte do curso com o risco de a disciplina ser deixada
5 de lado, fizeram com que os pós-doutorandos compartilhassem as disciplinas, e que boa parte delas
6 teriam um outro professor permanente associado a elas, a fim de prevenir os casos em que algum
7 deles saísse por conta de ter passado em concurso. Relatou tinha sido excelente para a Engenharia
8 Química, porque estavam com um novo currículo em andamento, todo mundo estava com carga
9 dupla, tripla, quádrupla, compartilhando muitas disciplinas, então os pós-doutorandos tinham vindo
10 em excelente hora, embora todos soubessem que ficariam temporariamente, dificilmente por dois
11 anos. A **Sra. Presidente** agradeceu a profa. Melissa e disse que foi um alento aquele testemunho
12 de que as coisas deram certo na Engenharia Química. O conselheiro **Prof. Marko Synésio Alves**
13 **Monteiro (IG)** informou que também não tiveram nenhum problema, que correu tudo bem e que
14 veio em ótima hora, e muita gente conseguiu sair. Refletiu, no entanto, como seria dali para a frente,
15 e recordou que a Unicamp já teve anteriormente alguma coisa sobre professor temporário e
16 questionou se poderiam usar aquele trâmite, se seria melhor ter professor temporário do que pós-
17 doutorando, que dava um certo ruído no sentido de misturar. A **Sra. Presidente** esclareceu que,
18 para trazer professor temporário, acontecia um outro processo, acompanhado de questões legais
19 que precisavam de justificativa, uma outra tramitação, que passava pela Comissão de Vagas
20 Docentes. O conselheiro **Prof. Marko Synésio Alves Monteiro (IG)** concordou, então, que não
21 tinha relação com o caso. Refletiu sobre a possibilidade de usar aquele orçamento para aquilo,
22 porque afinal gostariam de ter aquelas pessoas dando aulas. A **Sra. Presidente** esclareceu que
23 não era possível pegar o dinheiro e colocar na pessoa temporária por conta do trâmite diferenciado,
24 uma vez que o dinheiro era realmente um incentivo temporário, pois o programa de pós-doutorado
25 continuaria, e o programa existia em modalidades com bolsa e sem bolsa. Mencionou que o que
26 houve foi que resolveram investir no pós-doutorado com um recurso orçamentário da universidade,
27 a fim de estimular ainda mais as possibilidades de saída, de organização interna dos docentes etc.
28 Disse que havia chances de aquilo não acontecer mais, mas que aquela tinha sido a ideia por um
29 tempo, e acabou por ter alguns erros de edital, os quais assumiu, e disse que poderiam ser supridos
30 em uma possível nova versão. Reforçou que aquela tinha sido uma ideia inicial, esporádica,
31 aproveitando que havia as condições de ser feito no momento. A conselheira **Profa. Renata**
32 **Cristina Gasparino (FENF)** disse que sua dúvida era se o candidato poderia ser reaproveitado,
33 mas que já tinha sido respondida. A **Sra. Presidente** confirmou e disse que, em geral, ficavam
34 alguns na lista, então poderiam chamá-los, o que seria mais fácil, mais rápido e já resolveria o

1 problema. O conselheiro **Prof. Tiago Zenker Gireli (FECFAU)** agradeceu e disse que era aquilo
2 mesmo que queria ouvir, por ser a Engenharia Civil ainda muito ampla, com mais especificidades
3 de áreas do que a da colega, e aquilo dificultava para os professores, que, mesmo no mesmo
4 departamento, não conseguiam suprir determinados assuntos, que ele não conseguiria dar aula de
5 Hidrologia, por exemplo, pois não saberia como fazê-lo. Compartilhou que, algumas vezes, já
6 haviam priorizado áreas com poucos docentes, justamente porque, quando havia dois, um poderia
7 o cobrir quando o outro saísse, então foram priorizadas as áreas que realmente só tinham um
8 docente que não estava naquela disciplina, a fim de dar chance para o docente sair. A **Sra.**
9 **Presidente** expressou que achava que era um problema geral, e que tinha acontecido vários
10 daqueles, não de forma tão generalizada, mas que houve sim muitos outros casos. Disse que, para
11 dar tempo e dar conta de um semestre no qual alguém se ausentava por um concurso ou outro
12 emprego, a ideia seria mesmo chamar os candidatos aprovados. Mencionou que a lista do
13 expediente havia terminado, e perguntou se alguém teria mais algum ponto a levantar ou se
14 poderiam terminar, o que foi o caso. Agradeceu e mencionou que a discussão da pós-graduação
15 ficaria para a CCPG de agosto.

NOTA: A presente Ata foi aprovada
na **418ª Reunião Ordinária da**
CCPG, realizada em 14 de agosto
de 2024.